

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

ANNO VII

Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1920

Nº 83

Grupo mantenedor: B. Klinger, Pantaleão Pessoa, Maciel da Costa, (redatores); F. J. Pinto (tesoureiro), Pompeu Cavalcanti, Daltro Filho, Parga Rodrigues, Lima e Silva, J. Ramalho, Leitão de Carvalho, Newton Cavalcanti, Nilo Val.

SUMMARIO

PARTE EDITORIAL

Projecto de despesas no Ministério da Guerra
para o exercício de 1921

PARTE JOURNALISTICA

Saudação oficial.....	362 Capitão Daltro Filho
A localização dos corpos de tropa no Rio Grande do Sul.....	363 1º Tte F. Paula Cidade
O Exército no futuro.....	368 Tradução
Notas sobre a História Militar do Brasil.....	368 Cap. Nilo Val
2ª Linha.....	37a Dr. Braz B. de Almeida
O estágio na tropa em terras dis- tantes.....	373 1º Tte Manoel Carlos
O que traz de novo o R. I. S. G.....	374 Capitão Klinger
Instrução de infantaria.....	376 1º Tte Barbosa Monteiro
Do Saycat.....	377 Transcrição
O.R.T.A. por perguntas e respostas	380 Cap. Acácio F. Corrêa
A pontaria indireta do nosso 75.....	382 Reedição

NOTICIARIO

Tenente Gil Christiano, 356 — Da Província, 358 — Da Vida Mi-
litar, 359 — O compromisso dos novos alunos na E. M., 362
— O caso da Bahia, 367 — Captura de insumisões, 371 — Novo
método de burlar o sorteio, 374 — Serviço Geográfico Militar,
385 — Bibliographia, 386 — 'Minhas Memórias', 388 — Na capa:
Indicador, Memórias de Ludendorff, Manual do Artilheiro, Guia
para o ensino da pontaria, Nomenclatura do obus, Tiro de com-
bate de metralhadoras, A pontaria indireta, Memorandum, etc.

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores: BERTHOLDO KLINGER, PANTALEÃO PESSOA e MACIEL DA COSTA

N.º 83

Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1920

Anno VII

PARTE EDITORIAL

Projecto de despezas no Ministerio da Guerra para o exercicio de 1921

Areabertura dos trabalhos legislativos sugere a reflexão, especialmente aos militares, sobre o que possa trazer de progresso o trabalho *commun* dos Poderes Executivo e Legislativo, a exprimir no orçamento das despezas militares para o exercicio de 1921.

Como pontos de partida no traçado de um judicioso plano para o referido trabalho, bem como para as considerações de quem quer que se abalance a cagar do assumpto, tomando como rumo, num e noutro casos, o «conservar melhorando», apresentam-se espontaneamente o vigente orçamento da Guerra e sua correlata lei de fixação de forças, decretos de 5 e 10 de Janeiro deste anno (Boletim do Exercito n.º 286, de 15-1-1920).

«Sua correlata lei de fixação de forças»: por mais singela, natural, necessaria que sôe essa associação ou interdependencia, a inobservancia dessa correlação entre lei de forças e lei de meios é um facto tão vulgar, habitual e costumeiro, que já a ninguem impressiona.

Ahi está pois, para começar, um aspecto fundamental a solicitar a criteriosa atenção dos collaboradores no trabalho de que estamos aqui tratando.

Até hoje o que tem sucedido é, em termos genericos, o seguinte inqualificável contrasenso: o Poder Executivo apresenta ao Congresso uma proposta de fixação de forças, consignando, por exemplo, 49.854 praças; feitas as contas, o Legislativo encontra que esse efectivo exigiria uma verba em *soldos, etapas e gratificações* que montaria a . . . 34.072.139\$040 Rs. Considerações de ordens diversas, pseudo-políticas e financeiras, de facto méra conta de chegar afim de evitar o deficit orçamentario, levam o Congresso a decidir que naquella verba não podem ser concedidos mais que 31.970.013\$439 Rs. Para isso cortam-se tantos sargentos, tantos cabos e tantos soldados no efectivo. O Governo então, forçado a seguir o caminho totalmente invertido, vae ageitar *à posteriori* pelas unidades do Exercito o numero de soldados que ficará habilitado a pagar. Vem d'ahi o trabalho de todos os annos, atropelado, ingrato e insano, para dar ou não dar efectivo a taes e taes unidades, cortar aqui ou alli nos quadros das que podem ter existencia.

Pensamos que o facto não pôde ser resumido em termos mais simples, nem pôde, portanto, ser maior a nitidez com que resalta a innominável abstrusidade e aberração de semelhante *modus faciendi*.

Pois não haverá meio de se fugir a essa feia solução invertida do problema dos efectivos, ao mesmo tempo proporcionando nessa materia a harmonia e

independencia dos poderes, ideada pela Constituição?

Sabemos que foi finalmente lembrado um meio: o Governo fará acompanhar a sua proposta de fixação de forças dos quadros de efectivos das unidades das diversas especies nas differentes armas, e discriminação das de cada typo — da mesma forma que ahi detalha os quadros de officiaes e tantas outras parcellas. Assim o Legislativo terá um meio simples de acertar a verba de soldos *etc.* segundo um multiplo exacto dos efectivos de unidades; sua ampliação ou seu corte far-se-ão respeitando a composição projectada pelo orgão competente, traduzindo-se num aumento ou suppressão de tantas unidades ou subunidades *completas* desta ou daquella arma. E assim, fixado o orçamento da despesa, elle terá desde logo uma significação positiva, será uma criação viva e não uma phantasia de arithmetica, verdadeiro aleijão, e perfeito quebra-cabeças para o Ministerio da Guerra em o acertar nos moldes dos quadros de efectivos.

O Governo por sua vez, em lugar de localisar semelhante procedimento erro-neo, chegava a modificar de anno para anno os quadros de efectivos das unidades, sem outro criterio que o de casal-os com o total do efectivo arbitrariamente estipulado pelo orçamento. Variações nos quadros podem e devem dar-se, porém ao influxo benefico de outro criterio: o da melhora para o serviço das unidades.

Oxalá todos se convertam! O processo a seguir, além do respeito que observa ás mutuas espheras, apresenta-se com uma simplicidade colombiana.

· Ao Executivo a iniciativa!

Continuaremos no assumpto.

Tte. Gil Christiano Ao iniciar um voo, vítima de uma queda motivada por imperfeições que ainda acompanham os apparelhos de navegação aerea — faleceu instantaneamente no Campo dos Affonsos o jovem e esperançoso auxiliar de instructor da

Escola de Aviação Militar, tenente Gil Guilherme Christiano.

A morte desse inditoso camarada produziu forte impressão não só pela estima que sempre soube conquistar com as suas qualidades moraes, como ainda por ser uma das maiores esperanças da nossa nascente aviação militar.

Gil Christiano, moço, arrojado e intelligent, se havia imposto desde os seus primeiros passos no Collegio Militar do Rio de Janeiro e ultimamente — após concurso — exercia a função de auxiliar de instructor na Escola dos Affonsos.

Dos seus chefes e camaradas receberam os seus despojos as homenagens que bem soubera merecer e, para os seus amigos, ficou esse consolo, ao lado da saudade.

Mas para a aviação militar brasileira Gil Christiano não pôde deixar mais do que o seu exemplo de abnegação e coragem, do que a memoria da capacidade técnica com que se enriquecia espontaneamente, do que as provadas manifestações do empenho com que desejava ver constituída e respeitada a nossa defesa aerea.

Elle iniciou alguns discípulos na turma de sargentos que actualmente estão frequentando a E. A. M.; para estes ficou o dever de cultivarem os seus exemplos de probidade — assim como para os seus amigos e para nós ficou o dever de reconhecer os seus meritos e não deixar que os esquecam os mais felizes, que amanhã colherão os fructos da sua arriscada arma.

Da Província

Coritiba, 28. 4. 20... apezar das autoridades superiores nada auxiliarem, os nossos chefes d'aqui têm se esforçado para que seja adquirido o necessário á nossa instrução...

o estado actual dos nossos quartéis, do nosso pessoal e mais outras informações, por onde se poderá avaliar da nossa verdadeira situação, sempre é um pouco melhor do que as descriptas na secção «Da Província» com relação a outros corpos. Infelizmente, entretanto, as falhas ainda são enormes, principalmente na instrução e na disciplina.

A noticia de mudança de regulamentos e dos uniformes tem nos deixado um pouco, ou bastante contrariados, pois quanto ao 1.º ponto nada podemos dizer, por ora, mas quanto ao 2.º não encontramos razões que justifiquem essas *pequeninas despezas* para os nossos *millonarios officiaes do Exercito que ganham muito.* ...

Rio Grande do Sul, 10-5-920 — Iniciou-se o anno de instrução, mas não da instrução que almejavamos quando abandonamos as lições escolares.

ssa cavallaria, aqui, somente o é
ne, porque lhe falta o elemento
dial — *o cavallo*. Não porque não
sua o Regimento; pelo contrario,
n por 400 os da sua carga, mas
a invernada, a legua e meia do

ahi já se vê que a instrucción a
é completamente sacrificada, desen-
lo-se em consequencia um falso
obre o modo de agir em cam-
Prega-se que a cavallaria é infan-
tada e esquece-se que a arma
ria precisa adestrar-se no manejo
a branca a cavallo.

exagero da ação da cavallaria
go, busca-se o pretexto para pou-
is do que nunca — o «invicto».
O principio estabelecido pelo
G. de que «a instrucción equestre
fre interrupção» é, para nós, um
ciero mytho, e os nossos sorteados
m o tempo de instrucción formando
o completamente falso da nossa

ficiaes do Regimento têm feito in-
esforços para minorar esse mal,
se estão convencendo de que é
resignarem-se á posição de pseu-
uctores de cavallaria, isto é, ins-
s de cavallaria sem cavallos.

Eq. é desconhecido, absoluta-
desconhecido neste recanto da Pro-
E' o unico regulamento que de-
do positivo não é executado em
dos seus artigos; é o typo do
de papel e pode denominar-se
morta. Dizem que o gaúcho não
dos principios e regras do R. Eq.,
o pouco que os «meninos do Rio»
enchem a bocca com os palavrões
er a garupa», «flexão directa», «pi-
etc. lhes ensinem alguma causa.
m sabido que do gaúcho se apro-
a solidez a cavallo — mas elle
ntestavelmente, um empirico. Si
s, de facto, instructores de caval-
nossa tarefa seria substituir os
empíricos de dominar o cavallo,
eios racionaes preconisados pelo
e que são os mesmos de todos
livros.

justifica o abandono do ensino
e no Rio Grande do Sul, ainda
e, si elle não fosse realisado demo-
te na parte individual, poderia ser
temente corrigido na preparação

de conjunto — tirando melhor partido
para obter a efficiencia em campanha.
Mas... somos forçados a illudir os re-
crutas, bem a contragosto.

Não pretendemos esmorecer diante de
tamanha falta de orientação, mas podeis
crer que é preciso grande força de animo,
verdadeira fibra e amor profissional, para
continuar trabalhando — nutrindo espe-
ranças de melhores dias.

A' Defeza Nacional exprimimos com
plena nitidez, o desabafio de quem nem
ao menos pôde consagrar-se direito ao
exercicio da sua missão.

N. da R. — A carta acima photographa
o que se passa em um R. C. I. e pode
tambem ser considerada como copia do
que se passa em outros regimentos.

Persiste-se em pensar que o soldado de
arma montada pode dispensar uma apren-
dizagem intelligente e logica sobre o em-
prego do cavallo, porque já tenha adqui-
rido certas virtudes equestres,

No Rio Grande do Sul, especialmente,
onde é generalizado o emprego do ca-
vallo e porque sobre elle tenha dominio
o homem da campanha, seria muito util
aperfeiçoar esta qualidade, generalisando
o uso de novos meios de ação que se
iriam reflectir no adestramento dos caval-
los a serem fornecidos mais tarde para
todas as regiões do Brasil. Além disso, a
nossa cavallaria, como de resto qualquer
outra que pretenda conservar suas qual-
idades especiaes, precisa ser educada uni-
formemente, treinada constantemente, pre-
parada pacientemente com toda a galbar-
dia e audacia que orgulham os seus facto-
res de alma.

E' criminoso que se economise forra-
gem e velhos *pilungos* — para destruir
espiritos custosamente educados e expon-
teaneamente lançados no caminho do saber
e do respeito aos regulamentos.

Da Villa Militar

Depois dos exercícios de sapo...

Os terrenos da Villa Militar, muito ao
contrario do que era de esperar, acham-se
em mau estado de conservação, e este
grave inconveniente, sob o duplo ponto
de vista militar e hygienico, chegará a
tal ponto que aquella localidade se tor-
nará inhabitável e inteiramente inpropria

os fins a que é destinada, — isto é, impraticável a cavaleiros, viaturas e simples pedestres — se providencias energicas e urgentes não forem tomadas.

Com o natural desenvolvimento da instrução militar exigido pelo cumprimento dos Regulamentos de instrução Directivas de exame, o terreno é periodicamente trabalhado pela ferramenta de sapa. As multiplas sub-unidades de infantaria, artilharia e engenharia cavam as suas trincheiras, etc., ora aqui, ora alli e, depois a utilização das mesmas, que não mais devem ser aproveitadas, deixam-nas abertas.

Isso é um habito condenável e sua gravidade vai se accentuando á medida que cresce o numero de vestígios de exercícios assim feitos.

A artilharia não pôde mais entrar em certas posições sem preparo prévio ou sem fazer rodeios desnecessários e consumidores de tempo de que se não dispõe.

Após algum tempo taes trincheiras, boccas de lobo etc., ficam cobertas por pequena vegetação que as cobre por completo, fazendo que os próprios animaes as confundam com o terreno natural. Desde então, como é o caso actual, não mais se pôde transitar a cavallo fóra das estradas, sem grande perigo, mesmo na mais moderada andadura.

Ha dias, por occasião de um exercicio de quadros realizado pela E. A. O., um capitão, incumbido de uma missão, saiu da estrada e, mal a havia atravessado, deparou com uma *bócca de lobo*.

O cavallo saltou o obstáculo, mas as patas anteriores tocaram a beira de outra obra identica coberta por capim. O cavallo projectou-se de cabeça para baixo dentro do buraco e lá ficou de cabeça para baixo com o pescoço dobrado, apenas de fóra as ancas e a cauda. O cavaleiro, devido a um desses acasos felizes que sempre nos acompanham... não coube no buraco.

Poucos dias depois, ao terminar um daquelles exercícios de quadros, alguns officiaes do 1.º R. A. aproveitaram a volta para um pequeno treinamento de caça. Um delles, quando pretendia transpor uma vala antes de uma subida, viu o seu cavallo refugiar o obstáculo e atirar-se para o lado. Cavaleiro e cavallo cahiram dentro de profunda trincheira onde mergulharam, ficando sepultados pela vegetação. O ani-

mal, esforçando-se inutilmente para sahir do obstáculo, comprimia fortemente o corpo do oficial de encontro á parede, apertando-lhe tambem o peito com uma das patas. Não fossem aquelle acaso feliz, a calma do official e os seus gemidos, os seus companheiros talvez não tivessem percebido a tempo o desastre, providenciando para evitar-lhe as graves consequencias.

Encontram-se no terreno da Villa algumas choupanas habitadas por famílias de soldados, na vizinhança das quaes foram abertos poços que nunca são cercados, o que tem ido lugar, como em outras partes do suburbio, a mortes por asphyxia de creanças que nesses poços cahem.

Com o abandono dessas choupanas os poços continuam no mesmo estado, apenas a pequena vegetação faz a sua traiçoeira «camouflage».

Em um desses poços assim cobertos por ligeira vegetação cahiu, ja ha tempos, um boi pertencente, se não nos falha a memoria, ao 1.º R. A., e somente dali pôde ser retirado quando em estado de putrefacção.

Sob o ponto de vista da hygiene a cousa não é menos grave. Para completar o inconveniente das valas cujo estado de conservação não é bom, ficam as excavações daquellas obras de fortificação cheias d'água que se conserva permanentemente em estado putrido, onde o mosquito prolifera sem solução de continuidade.

Ainda por causa daquelle já celebre acaso feliz, os resultados de tal desídia não produziram as conhecidas consequencias. Mas já os primeiros symptomas se fazem sentir, na região onde aquellas obras de fortificação são feitas em maior numero. Falla-se em casos de impaludismo na zona ocupada pelos corpos de infantaria.

Deveremos pôr mais na carta ou aguardar que a situação quasi aguda da Villa Militar se equipare á chronica da Fazenda de Santa Cruz para, então, com discursos cheios de bellos adjetivos, visitas de saude, installação de hospitaes, cultura de mosquitos para estudos scientificos, etc., etc., pedirmos a attenção dos camaradas e das autoridades para um tal estado de cousas?

No que toca á contribuição descuidosa e, digamos, inocente da tropa nesse peri-

oso esburacamento dos terrenos de exercícios da Villa Militar, importa suspender e amortisar a culpa. Toda excavação feita d'agora em diante por uma tropa em exercicio será de novo entulhada, cuidadosamente restabelecida a franca praticabilidade do terreno, uma vez realizado o objectivo da instrucção.

Ainda mais: toda tropa que encontrar na dessas traíçoeiras crateras, disfarçada pela vegetação rasteira e nivelada na superfície, providenciará incontinenti por signalá-la, si não for possível arrasá-la. Isto é realisável mesmo sem ordens formais: bastam a bona vontade, a camadagem e a disciplina collectiva, não só a solidariedade mas até por interesse ssoal.

compromisso dos novos alunos na E. Militar

A solemnidade com que a Escola Militar realiza o compromisso dos seus novos alunos teve grande significação militar.

Ordem, pontualidade, correção e garbo, ao de algumas demonstrações de validade profissional comparáveis com o acto, deram à bella uma distinção tal que nos permite classificá-la como a mais correcta e significativa de tantas temos assistido.

Para nós militares é motivo de justo orgulho fundadas esperanças o sentirmos que a ordem écta no progresso da nossa instrução militar vai se estabelecendo; a Escola Militar de e — dentro do seu período de instrução — realmente a primeira tropa do Exercito, como facto cumpre que o seja em razão de seu rутamento e destino.

Vel-a apresentar-se, correcta, asseada, garbo, executando os seus movimentos com a preio deseável — cada aluno em sua arma fazendo aquillo que amanhã deve ensinar, sente-se a criação de elementos militares que, forem bem aproveitados, saberão manter-se altura de sua elevada missão.

E, o que a Escola exhibiu tem grande significação porque ella é aquillo mesmo que todos distiram. E' assim todos os dias, todo o anno vivo, em todas as horas consagradas aos seus trabalhos profissionaes. E' o que a sua administração quer que ella seja, o que os seus instrutores ensinam a ser, já se vê, no ponto vista militar, do preparo pratico profissional.

E. Militar é um exemplo, é uma prova quanto podemos fazer desde que o queiramos sinceramente e com dignidade.

Não pretendemos destacá-la como uma perão. Sabemos mesmo que ella ainda precisa acreditar e temos certeza que progredirá, desde o Governo queira e comprehenda o quanto é necessário.

O estado actual não foi atingido sem dificuldades.

Uma prova publica que dá motivo a estas concreções, representa o fructo de esforços contados — representa a victoria do bom senso,

da honestidade profissional e do patriotismo de todos os que comprehenderam que não podiamos continuar com uma E. Militar desprestigiada e invejosa de qualquer unidade de tropa onde se prestasse atenção ao R. I. S. O.

Esse resultado ali está **berrando nos ouvidos das autoridades e pedindo o complemento da obra.**

E impossível que as altas autoridades da Guerra que viram este anno a Escola Militar no seu 3º. mez de instrucção, não tenham formulado o compromisso íntimo de cuidá-la constantemente — sondar até onde vai o seu trabalho — e dar todos os elementos que ainda faltam para que o aluno tenha um preparo profissional completo e uma educação militar esmerada.

Até hontem a E. Militar era a vítima dos seus regulamentos e especialmente das contínuas mudanças — que em sua maioria tinham o efeito das reformas politiqueiras, com todo o seu cortejo de cavações e immoralidades. Hoje chegamos a um resultado que toca aos sentidos e — o que é mais valioso — surprende os corpos onde chegam os novos officiaes.

Attingimos á phase em que é preciso escrever pouco e querer, e fazer, muito; já escolhendo sempre cuidadosamente todos os elementos que devem servir na Escola e que, em qualquer cargo são um exemplo, já atendendo ás solicitações de tudo que se prende ás necessidades materiaes do ensino. *

Desfilando em revista a Escola deu magnifica impressão.

Melhor seria que as armas montadas desfilassem ao trote, como é regulamentar para a artilharia e para o que, segundo sabemos, a bateria estava preparada.

A infantaria apresentou um batalhão a 4 companhias que satisfizeram ao exame dos seus mais dedicados profissionaes, a bateria de artilharia desfilou em linha com uma coordenação de movimentos admirável e caprichosa, o esquadrão de cavallaria apresentou toda a correção desejável e o pelotão de engenharia formou uma secção de telefonistas que na sua pequenez deixava examinar uma compostura digna de nota.

Após o desfile a cavallaria exhibiu os seus admiraveis lanceiros. Fez gosto ver-se o desembaraço e a segurança com que a maioria do esquadrão usou suas armas brancas.

A infantaria também apresentou uma prova de gymnastica — saltos nos obstáculos que servem aos exercícios diarios e onde se pode avaliar bem o treinamento phisico exigido na moderna Escola.

Cumprimos um dever de justiça destacando o trabalho dos dignos camaradas instrutores da Escola Militar e felicitando o seu commandante, Coronel Eduardo Monteiro de Barros, pois o compromisso dos novos alunos merecia ser assistido por toda a guarnição do Rio, esteve na altura do instituto de ensino que o realizou.

Na artilharia não puderam formar todos os alunos porque a Escola não dispõe de cavalos e muares para as secções de obuzes e da artilharia de montanha.

Além desses animaes, ainda é urgente que se construa um picadeiro para a instrucção da bateria. Quem conhece as dificuldades do ensino

da equitação e da tracção poderá avaliar as peripécias e o risco que se impõe a esse ensino fazendo-o em lugar não apropriado.

Talvez supponham que o picadeiro existente na Escola seja suficiente. Examinando porém o numero restrito das horas de instrução prática ver-se-á que não o é, e além disso, o picadeiro da Escola é considerado como propriedade da arma de cavalaria!

Em consequencia da falta de animaes tambem não puderam formar alguns alumnos de cavalaria e o pelotão completo de engenharia. Esta arma não tem como realizar a tracção da sua estação radiotelegraphica.

E' indispensavel construir uma enfermaria para animaes e dar condigna instalação á ambulancia veterinaria. O veterinario da E. M. precisa de auxiliares para poder instruir os alumnos e tratar da cavalhada. Neste particular ha um progresso sensivel mas elle não poderá ser constante, como convém; si o veterinario não tiver auxiliares ficará em piores condições ao de um Corpo de Trem.

A infantaria ainda não recebeu os fuzis metralhadoras necessarios á instrucao.

Essas faltas não devem existir na E. Militar, pois é preciso que os novos officiaes saiam desse instituto com um conhecimento exacto de todo o material e do seu emprego nas diferentes situações de campanha; elles se reflectem na instrucao diaria e nos treinamentos que em consequencia são dispensados.

Saudação official

Do capitão Daltro Filho, aos conscriptos de 1920, encorporados ás unidades de Juiz de Fora, no acto do compromisso á bandeira.

Vós o dissesse. Mas não basta apenas a promessa de cumprir litteralmente as ordens provindas das autoridades a que vos houverdes de inclinar; não basta ainda o respeito aos superiores, a affeção aos irmãos d'armas, a bondade para com vossos subordinados; não basta emfim essa inteira dedicação ao serviço da Patria, por cuja defesa empenhaes galhardamente o sacrificio da vida. E não bastam apenas as graças do vosso juramento, porque ha na sociedade um sem numero de funções outras, cujo exercicio tambem presume uma obediencia perfeita, e uma camaradagem harmoniosa, e uma dedicação ao serviço da Patria, com o sacrificio implicito da existencia.

A formula sacramental do vosso compromisso pôde bem ser, consequentemente, ante as apparencias mais claras dos seus proprios dictames, a formula sacramental de um compromisso civil.

Ha, contudo, entre ambos, uma diferença inconteste. Ellas discordam, em essencia, porque na intimidade do vosso

juramento circula o estoicismo inflexo da disciplina militar.

Falo da disciplina que imprime á vossa obediencia o caracter normal de um concurso heroicamente voluntario; da disciplina que transmuda a vossa camaradagem na intima união dos vossos sentimentos; da disciplina que apura o patriotismo até requintal-o nessa concentração civica que ensina o devotar-se á Patria e o morrer-se feliz pelos seus grandes ideaes.

Meus camaradas!

Se eu pudesse transpor as estreitezas desta saudação e mostrar-vos que a Patria é uma associação activa, que nos veio dos antepassados e progride com os contemporaneos, no permanente esforço de legar aos vindouros as riquezas do espirito, do coração e do trabalho; ou demonstrar-vos, por deducções positivas, que a vossa Patria é a vossa terra, a vossa propria familia, a linguagem com que vos exprimis, a egreja em que abrandaeas as inquietações das vossas dores, a historia que enthesoura as tradições varonis dos vossos maiores, e até a raça em que pouco a pouco se estampa a physionomia typica do vosso povo; ou demonstrar-vos ainda, que nascestes gravados de obrigações para com vossos antepassados, para com vossos successores, para com vossos contemporaneos; e que os maiores esforços, mais bem empregados, da mais longa vida não vos permitiriam quasi nada indemnizar do que tendes recebido — sentirieis facilmente que não é sacrificio o preço da vida para defendel-a.

E quando essa familia é o relicario das mais excellentes virtudes;

Quando essa linguagem, por sua extrema fluidez e por suas extremas harmonias, facilita ao pensamento a expressão fidada sua originalidade, a expressão duravel das suas creações, a expressão impercetivel das suas obras primas;

Quando essa historia é a tradição de um longo passado de esforços e devotamentos; a memoria de heroismos sem compressões; a consciencia collectiva da nacionalidade; e ensina o apêgo ao solo pelas saudades e pelas esperanças, pelos mortos e pelos filhos, pela immobildade dos tumulos e pelo balouçar dos berços.

Quando essa terra é um habitat em que são facéis as riquezas, prodigiosa a vida, encantadora a existencia; terra que não estala sob a colera vibrante dos cata-

mas e onde as proprias enchentes são
mo um desperdicio fecundo de suas ma-
vilhosas energias; terra em que a bel-
za da paizagem, perpetuamente em festa,
te parelhas com os encantos do céo
ais estrellado e puro de todo o firma-
mento;

Quando, meus camaradas, essa patria
o Brasil — o sacrificio seria a ausencia
saúde, da coragem, do talento, ou
alquer outra desdita que nos obstasse
consagrar-lhe tudo.

E' o que o Exercito vos ensinará, por-
e — na paz — a principal missão da
tropa é construir as nossas forças sociaes
tornal-as effectivas por uma apropriada
seção á autoridade. E' o que vos cum-
levar, quando volverdes aos vossos
es, para a massa da nação, espalhando
r toda a parte, com o vosso exemplo,
e o patriotismo é um accordo entre o
cidadão e a sociedade. Convindo em que
quadra actual, pela ausencia de con-
ções uniformes, se estraçõam thronos,
pulverisam instituições e se descon-
nectam patrias, á furia de ambições tu-
ltuosas, cumpre mostrardes, sob outro
pecto, que o patriotismo é um concurso
corações volvidos para os mesmos
aes. E notando ainda que, no presente,
confusão de não sei quantas aspira-
es disparatadas, nublando o futuro, não
nuncia o proximo alvorar de uma dou-
ma geral que discipline as consciencias,
domine as vontades, e unifique as opa-
es, para imprimir direcção conveniente
homem e á sociedade, cumpre ainda
utirdes no animo dos vossos compa-
etas que o patriotismo oportuno con-
uirá na sobmissão, quanto possível am-
do individuo ao Estado.

Para assegurardes a victoria nos cam-
os de batalha, sede no Exercito, como
dados, as componentes da disciplina;
sede na sociedade, como reservistas,
componentes da ordem. O cataclymo
ensanguentou, por cinco duros annos,
terras civilizadas do continente euro-
pae, delatou bem que os exercitos, ine-
vavelmente semelhantes pelo material,
as formações, pelas doutrinas de
erra, que lhes são proprias, só dife-
n, na lucta, pela maior ou menor soli-
dos seus attributos moraes.

A' victoria nos campos de batalha, ha
preceder a victoria na alma do povo
lo Exercito — porque a verdadeira

victoria é uma função estreita do patrio-
tismo.»

Meus camaradas!

O vosso compromisso á bandeira re-
corda, neste momento, os heroes de 66
e o sangue de Tuyuty.

Acceitae, por isso, em nome desse san-
gue generoso, as nossas carinhosas sauda-
ções. E, como um rijo estimulo das vossas
energias, guardae nas vossas almas essa
pagina trepidante de bravura, impressa
ha meio seculo na claridade da bandeira,
que encerra

“As promessas divinas da esperança”.

Juiz de Fóra, 24 de Maio de 1920.

Capitão *Daltra Filho*

A idealização dos corpos de tropa no R. G. do Sul

E' caso resolvido o estacionamento de
uma companhia de metralhadoras em Ca-
xias, região colonial do Rio Grande do Sul.

Medida insignificante na apparencia,
tem ella, de facto, o maior alcance, por-
que rompe a rotineira praxe de estender
as nossas unidades ao longo de uma fron-
teira aberta e despovoada, como se os
meios de accão dos nossos adversarios
mais provaveis fossem ainda hoje o que
eram ha cem annos antes.

Para que bem e melhor nos compre-
hendam, é necessario estudar a posição
geographica relativa, os meios actuaes de
communicação, a densidade das popula-
ções, etc., das diversas e distintas zonas
do Rio Grande do Sul.

De facto. Sem pretender fixar a linha
ideal que entre si separa essas terras, con-
sideremos: 1.º) a «campanha», 2.º) a re-
gião dos maiores rios d'allí e 3.º) o nor-
deste. Posta á margem a segunda dellas,
por não vir ao caso aqui, tratemos da
«campanha» e do nordeste «colonial».

A campanha foi realmente a região em
que, sob condições muito diversas das
actuaes, feriram-se todas as nossas luctas
internacionaes; lá repetir-se-ão um dia no-
vos choques d'armas e talvez novas galop-
adas, mas sob condições bem diversas,
se é que tudo muda com o tempo...
E' a região pastoril. Allí vivem os
nossos rebanhos, em extensos campos,
guardados por uma população esparsa,
pouco densa em relação ao territorio que
ocupa.

A pecuaria, realmente, impõe a ocupação, por parte dos homens, de um espaço muito restrito. São as terras das grandes fortunas e das grandes pobrezas, num contraste inevitável. Ao lado do estancieiro, rico de alguns milhares de contos de reis, vive o posteiro, o peão, descalço e maltrapilho, a quem se não quer pagar mais de 30\$000 ou 40\$000 por mez, com o que deve manter filhos de quem se vêm os ossos aguçados apontar sob a pelle...

A vida, mesmo nos centros mais populosos desta região é insípida e caríssima. Os artigos de primeira necessidade escasseiam ahi e são trazidos de longe por uma via ferrea que vive no regimen das incertezas e que duplica o preço dos generos que transporta. As habitações disponíveis são raras, em regra velhas e caras. Os hoteis, com um serviço inferior, quasi sempre a cargo da prole do proprio dono, são de um preço muito elevado, em media 10\$000 por dia e por pessoa.

Comprehende-se, assim, a repugnancia da maioria dos officiaes afamiliados em servir nos corpos desta região, ao que preferem, como menor onus, o caminho aberto da parte de doente.

Será facil entregar aos corpos que alli estacionam os seus homens mobilisados? Não seria difícil comprovar o quanto é mais facil vir do Chile a Uruguaiana do que de Lagôa Vermelha, Vaccaria, etc., aquella localidade. Como será penosa semelhante mobilisação e como é difícil encontrar abnegados officiaes para os corpos que alli estacionam!

Mas, se amanhã uma força superior exigir que elles se recolham a seus corpos, para que os jornaes não possam imprimir (como ha poucos dias fez o *Correio do Povo*, de Porto Alegre), que o muito que os sorteados de origem estrangeira aproveitam é devido aos sargentos, por não lhes ter sido dado tratar com officiaes — esses officiaes terão que viver separados de suas familias, por falta de predios a alugar, que nas cidades do interior só podem ser conseguidos um a um, quando são pedidos com grande antecedencia.

* * *

uma estratégia teórica, por abstrair das condições do meio.

A maioria pertence mesmo a esta ultima corrente. São os que — porque? — pensam em guardar as nossas riquezas a nossa honra por uma muralha continua de tenues guardas, por um *cordão* ao longo das fronteiras!

No entanto, santo Deus: quem entre nós poderá ter illusões sobre o possivel recuo dessas forças no estado em que se acham, ou quem poderá ter illusões sobre a capacidade offensiva dessa tropa num futuro pouco remoto?

Com a região colonial já a causa mudou de figura, porque lá está o melhor viveiro de homens, doceis e fortes.

Estudemol-a. Nella predomina a agricultura, além da criação de aves e porcos. E' o celeiro do Rio Grande do Sul, que assegura o sobejo de suas rendas. Alli não ha propriamente grandes fortunas e, como natural compensação, não ha pobres, que absolutamente o sejam. Não se conhece na região colonial do Rio Grande do Sul pessoa a quem falte o pão de cada dia, desde que queira trabalhar. Em muitos mezes de estadia nesta região quem escreve estas linhas viu um só mendigo em todas as muitas localidades que percorreu, e este mesmo exhibindo uma licença escripta da autoridade municipal, tratava-se de um cego verdadeiro. Não falta de braços, porque os não ha em aluguel. O colono, que é um forte, preferirá trabalhar só (com os seus, que tomam parte nos trabalhos rudes das roças descritas a mais tenra idade).

* * *

A região colonial rio-grandense separa-se, por suas origens, em dois ramos: as colonias alemãs e as colonias italiana e o resto não merecendo citação especial por sem importância neste raciocínio.

A colonização alemã começou em 1824 e hoje, apesar do preconceito, resulta talvez da diversidade ethnica, que manteve a caldeira a população de origem teutã, alemã desligada da *Vaterland* dos primitivos imigrantes, embora a conservação do velho idioma, o que é ás vezes menor culpa sua que nossa.

Quando matamos o ultimo *mucker*, na encosta abrupta do morro Ferrabrand, esmagamos, nas illuminuras doentias de um sonho dos expatriados, todas as vele-

Os que pensam bem obrar mantendo este estado de cousas, obedecem a uma das duas correntes de idéas: ou se influenciam por interesses particulares, ou fazem

lades dominadoras de uma raça forte. A guerra, que se pelejou em terras do município de S. Leopoldo, sejam quais forem as suas causas apparentes, não passou de um incidente indelevel na história da absorção do menos numeroso dos dois grupamentos éthnicoes em presença e em conflito.

O colono alemão, contractado indiferentemente para o arado ou para a guerra, desbravou primeiro as nossas mattas virgens e misturou o seu sangue com o nosso, nas nossas primeiras luctas.

Documentos valiosos daquella época agitada da nossa nacionalidade, pertencentes ao tenente Souza Docia, que os tem transcripto na *Revista dos Militares*, valem sempre em «recrutar nas colonias» como cousa bem natural: assignam-nos os Barbacenas, os Browns, os Macenas, etc. O 27.º de alemães teve um comportamento heroico na batalha celebre do Passo do Rosario ou Ituzaingo, ferida a 20 de Fevereiro de 1827.

As colonias italianas datam de tempo muito mais recente, de pouco mais de 30 annos. São um milagre de energia e de tenacidade.

Contrastando com a «campanha», onde as povoações são muito afastadas umas das outras, aqui as localidades se sucedem a 10 e 20 kilometros.

Dada a escassez de areia, embora a pedra seja abundante, as habitações são em regra de madeira, que alli é de baixo preço. O grosso da população, constituindo os verdadeiros *colonos*, reside nas chamadas «linhas». O colono que tem poucos filhos não se julga feliz, posto que a principal riqueza consiste para elle na prôle, que ha de ajudal-o nos trabalhos da roça. D'ahi, o accrescimo continuo de população.

A vida alli é muito barata. Os generos alimenticios são produzidos lá mesmo, excepto o café, o assucar e outros poucos, que, no entanto, não são vendidos por maior preço que na capital do Estado. As forragens custam pouco mais que nada, no tempo da safra.

No que diz respeito a habitações, a mesma carencia que se nota nas cidades da campanha, pelo que, quer numa, quer noutra região, impõe-se a prévia construção de casas para officiaes, tão necessarias como os proprios quartéis para os soldados.

A agua é pouco abundante em certas partes, porque a região é montanhosa e desprovida de rios, salvo o das Antas, encachoeirado. Caxias, para onde vae a Cia. de metralhadoras, tem tal escassez do precioso liquido no seu perimetro urbano, que algumas fabricas vão abandonal-o. E' essa uma circumstancia que não deve ser esquecida na escolha do local para o futuro quartel e casas de moradia dos officiaes (*).

Em todo o caso, ha excellentes mananças nas proximidades daquella cidade.

Examinemos agora a questão do transporte das unidades, previamente mobilisadas, para uma frente qualquer.

As necessidades do commercio determinaram uma fundamental alteração, em poucos annos, no traçado das nossas vias de comunicação.

O exame do que já existe utilisavel e do que se está realisando nesse sentido vae mostrar que a velha concepção de cobrir mais ou menos o territorio não corresponde ás actuaes necessidades militares.

Já lá se vae o tempo das guerrilhas e assaltos inesperados, pondo fim á lucta pelo saque da propriedade particular, sistema que obrigava a fazer destacamentos, guardadores de rebanhos (vide a correspondencia do Marquez de Barbacena, etc.), embora taes forças viessem depois a faltar nos pontos decisivos, como se deu com os 1.400 homens do general Bento Manoel, na batalha do Passo do Rosario.

Tudo mudou.

Hoje, mesmo no caso de uma campanha defensiva, é necessario pesar bem se é possivel mobilisar e reunir as unidades constitutivas do exercito de campanha antes que se dê a intervenção do adversario.

Sob esse ponto de vista, pouco importa que os corpos de tropa se achem em tempo de paz ás portas dos vizinhos, desde que não se possa passar no tempo devido do pé de paz ao de guerra, pelo augmento de material e incorporação de reservistas.

(*) N. da R. — Identica reflexão cabera para a locação do 3.º R. C. D. no Rosario: não deverá ser na villa, mas proximo a uma das estações da c. f., no município, dentro da fazenda nacional.

A condição actual impõe o dilemma: ou recuar, ou succumbir.

Quando Napoleão, depois de Preussisch Eylau, recolheu suas tropas a quarteis de inverno, ensinou-nos de uma vez para sempre como procedermos em casos semelhantes ao nosso. Se as tivesse disposto em uma linha descoberta e avançada, provavelmente não teria escapado á sorte de Julio Cesar, na campanha de 700, em que viu as suas legiões soffrendo revezes terríveis, a que só uma grande superioridade tática e o genio militar do chefe puderam responder.

* * *

Taes considerações impõem a retirada do O. do Rio Grande do Sul de todas as unidades que alli não possam encontrar os recursos de guerra de que necessitem. As unidades deixadas lá, obedecendo a um plano de conjunto, devem ter ao seu alcance os elementos materiaes e humanos indispensaveis a que — avançando ou recuando — permittam a chegada das que, partindo das regiões mais populosas, venham oportunamente. Estas ultimas ficam, pois, dependendo, quanto á sua localisação, do traçado das vias ferreas.

Assim, uma unidade localizada em Carlos Barbosa (região colonial) ficaria numa encruzilhada: com duas horas de transporte ferro-viario estaria em Caxias e d'ahi em pouco tempo no Paraná, concluindo que seja a linha que vae deste ponto ao Rio Negro; com um tempo mais ou menos equivalente estaria em Montenegro, isto é, sobre trilhos que vão a Porto Alegre ou a Santa Maria, posto que as tres localidades formam um angulo cujo vertice está em Montenegro; partindo ainda de Carlos Barbosa, em tres horas (estrada de maior velocidade) alcançaria Alfredo Chaves de onde, em tempo equivalente, estaria em Marcellino Ramos, sobre a S. Paulo-Rio Grande, na fronteira de Sta. Catharina.

Uma criteriosa exploração dos recursos ferro-viarios desta região permittiria ainda desafogar a Porto Alegre-Uruguayan, pelo menos até Sta. Maria, e, tambem, em parte, a S. Paulo-Rio Grande, cujo percurso passaria a ser mais seguro e menor.

* * *

Conclusão: Por qualquer lado que a questão seja encarada, os corpos de tropa devem ser, em principio, localisados nos centros populosos de Leste do Rio Grande do Sul.

1º tenente Francisco de Paula Cidade

O EXERCITO NO FUTURO

"Deduccões da guerra mundial", pelo General Barão von Freytag-Lorinhoven. Trad. do inglez

Embora a grande guerra não tenha de forma alguma revolucionado completamente a arte militar, nem por isso devemos deixar de tirar dela algumas lições, quer para o futuro desenvolvimento do nosso Exercito, quer para o methodo de instrução.

Quanto á organização, deve-se reconhecer em primeiro lugar que nenhuma pode satisfazer todas as contingencias da guerra e que, por isso, é da maxima importancia tornal-a quanto possível elastica e susceptivel de adaptação. No correr da grande guerra reconheceu-se que era impossivel conservar as primitivas unidades e assegurar assim a constante influencia dos chefes sobre as suas tropas, ou pelo menos, tornou-se impraticavel ir nesse particular além da divisão. Esta tornou-se uma unidade estrategica e adquiriu um desenvolvimento correspondente; em muitos casos os corpos de exercito se transformaram em grupos de exercitos e o numero de divisões componentes soffreu constante fluctuação. A questão da conveniencia da ordem ternaria das grandes unidades foi posta de lado em face das exigencias da guerra. Isso de forma alguma é uma experencia nova. Napoleão já não hesitou em alterar o numero de divisões dos seus corpos de exercito. Estes ultimos eram constituidos de acordo com as exigencias da situação, com a personalidade do chefe e com o numero de unidades subordinadas de que se dispunha.

A guerra demonstrou a necessidade de se dotar a infantaria com um maior numero de metralhadoras do que o previsto por nós em tempo de paz. Na guerra defensiva, como ja indicamos, a tendencia tem sido para se poupar cada vez mais as reservas de homens, conduzindo-se a batalha na linha da frente por meios mecanicos, metralhadoras e minas, apoiadas pela artilharia. A artilharia de campanha, cuja obrigaçao era agir numa intima cooperacao com a infantaria, não precisou realmente de um augmento absoluto do numero de baterias e sim do numero de baterias de obuzes. Por outro lado, no caso da artilharia de posição, engenharia, companhias de lança-bombas, tropas de estrada de ferro, telegraphos e automoveis, e copro de aviadores, verificou-se a necessidade de um consideravel augmento. Não será necessário augmentar o efectivo da cavallaria no futuro; mas essa arma deverá conservar o seu efectivo actual, o que permittirá talvez, em uma futura guerra que, se reduza a cavallaria da reserva, de sorte a dispôr-se de homens e cavallos para outros fins. Em face das modernas armas de fogo e dos exercitos de massas, são mui poucas as oportunidades que se offe-

Conclusão: Por qualquer lado que a

cem á cavallaria de fazer reconhecimentos que, em grande parte, são executados pelos aeroplanos. Não obstante, esta prolongada guerra de trincheiras e a circunstância de ter sido esta fúlida arma empregada sómente como infantaria, não nos devem levar a conclusões falsas. No começo da guerra, no oeste e mais tarde no leste (especialmente na Lithuania), a nossa cavallaria prestou relevantes serviços e o mesmo se pode afirmar da campanha contra a Rumania. Logo que a guerra passou a ser feita em campo aberto, a cavallaria demonstrou sua importância. Ela se torna indispensável, quer como suplemento da aeronáutica nos reconhecimentos a pouca distância, quer como um curso de defesa móvel. Além disso, é essencial dispôr-se de uma força veloz que possa ser rapidamente deslocada de um sítio para outro. No mesmo tempo, no adextramento da cavallaria em tempo de paz, deve-se dar a devida atenção á guerra de trincheiras e maior atenção se deve dar ainda ao combate a pé do que até agora se tem dado.

Nas nossas grandes manobras, apenas parcialmente será possível representar as condições desta guerra mundial. As manobras, sem dúvida, são de ser mais adequadas ao modo actual de combater e como nas nossas praças de exercícios só raramente será possível cavar trincheiras, teremos de fazer isso nas manobras, desde que esteja de acordo com a situação ideada contanto que se possa fazer sem dano para os campos. A outros respeitos, porém, não será possível organizar as nossas grandes manobras futuras de conformidade com as condições que reavaleceram na grande maioria dos casos, nesta guerra.

Não poderemos nas nossas manobras de tempo de paz dar uma representação da guerra de trincheiras em larga escala. Tudo que podemos fazer será praticar o ataque de posições fortificadas de campanha mais frequentemente do que o temos feito até agora. O numero e extensão delas, porém, devem ser sempre relativamente limitados pela consideração da espesa que acarretam. Por isso, tudo o que poderemos fazer será dar ás companhias e batalhões uma prática completa da guerra de trincheiras e familiarizá-las com todas as circunstâncias que d'ella nascem. No caso das nossas forças das fronteiras, o necessário adextramento podia ser combinado em grande parte com a construção de nossas fortificações. Incidentemente se effectuaria com isso uma economia de trabalho civil. Algumas tropas estacionadas no interior do paiz também poderiam ser temporariamente destacadas para a fronteira, com mesmo fim. O nosso constante objectivo deverá ser o de conservarmos idéas exactas a respeito da guerra de trincheiras, sem dar-lhe todavia o logar principal no nosso adextramento. Um logar principal — nunca será demais repetir-lo — pertence á guerra de movimento, embora um pouco diferente nas processos daquella que os era familiar antes da conflagração.

A tal respeito conviria que se insistisse mais, no adextramento em tempo de paz, no terreno das operações, cousa que na guerra é inevitável, contanto que d'ahi não resultasse dano para a resistência das tropas nem para a iniciativa dos seus chefes. Já em 1861 Moltke

escrevia (*): «Se quizermos que as manobras não engendrem falsas noções, é preciso que se dê toda a consideração ao terreno e ás distâncias. Todo o curso da batalha tornar-se-á, em consequencia, diferente e mais lento.»

Taes palavras, escritas muito antes de 1866, têm merecido muito pouca attenção. Em uma ordem do Rei Guilherme, expedida depois da batalha de Gravelotte-St. Privat, diz elle: «Devo lembrar-vos que o ataque de uma posição inimiga deve ser previamente preparado pela artilharia e por fuzilaria bem dirigida... Presto toda a homenagem ao bravo assalto da infantaria, que até hoje não achou nenhuma missão superior ás suas forças, mas espero também que a intelligencia dos officiaes os habilitará para o futuro a colher os mesmos resultados com um sacrifício muito menor, mediante o habil aproveitamento do terreno, uma preparação mais completa do ataque e o emprego de formações apropriadas.»

Equalmente, no começo desta guerra, muitas ações poderiam ter-se desenvolvido mais calma e systematicamente e á custa de menos vidas, colhendo-se ao mesmo tempo resultados mais decisivos. Mesmo assim, podemos nos regozijar de que se appliquem tão completamente á nossa infantaria as seguintes palavras de Clausewitz: «Feliz o exercito em que com frequencia a bravura se manifesta inopportunistamente; isso é um crescimento exuberante que denota a riqueza do solo.» (**) Devemos nos esforçar em manter, por todos os meios ao nosso alcance, esse esplendido vigor no ataque de nossa infantaria. A infantaria não deve esperar que a artilharia faça tudo; só raramente, por certo, ella deve atacar prematuramente de tal sorte que seja impossível á artilharia exercer toda a sua efficacia no momento azado. Por isso um dos deveres importantes dos commandantes, nas futuras manobras do tempo de paz será o de cuidarem que as suas tropas tenham noções claras a respeito da gravilade, do objectivo e da duração da guerra moderna, e ao mesmo tempo o de accentuarem a efficacia das armas modernas. A cooperação da infantaria e artilharia deve ser assegurada em todas as emergencias. Um bom meio de conseguil-o seria realizar-se um mutuo intercâmbio dos officiaes commandantes de infantaria e artilharia, respectivamente.

(*) *Bemerkungen über den Einfluss der verbesserten Feuerwaffen.*

(**) *Von Kriegen, III. C., 6 Kap.*

O CASO DA BAHIA

Quem será — civil ou militar — que não tenha sympathias pelos estudantes?

E dos que já frequentaram bancos académicos, qual será o que não vê com saudade essa bela phase da vida, em que a liberdade e a inexperiencia multiplicam as esperanças, e o espírito mais vibratil domina e encanta?

Com essas perguntas a nós mesmo feitas, quedamos perplexos ante a inconveniente attitude de tantos homens de responsabilidade que ao emvez de acalmar os moços e pugnar decisivamente para a averiguacão do incidente ocorrido com estudantes da Bahia, se lançam na conquista das sympathias destes, incitando-os ás

deliberações de que é sempre capaz a mocidade — civil ou militar.

E trabalham para forgar uma questão de classe.

Felizmente, da parte dos militares ninguém pensa assim. Achamos que a força não pode ser organizada e instruída para ser desmoralizada, vaiada, parta essa via de onde partir, e consideramos como ponto inicial para esse respeito — todo de interesse nacional — que a força deve dar o exemplo, não desrespeitando nem desconsiderando pessoas ou instituições, sejam quais forem.

E essa história de classe já é por demais arcaica. No exército — ha um punhado de brasileiros cumprindo temporariamente seu dever militar da mesma forma que — nas academias ha um grupo de brasileiros preparando-se, temporariamente, para o exercício de uma profissão. Aquelles chamam-se soldados e estes estudantes e amanhã não serão nem soldados nem estudantes, podendo bem acontecer que até troquem os papéis.

Como soldados precisam uns de ter grande autoridade moral para que não sejam sempre forçados a desempenhar sua missão a golpes de bayoneta ou a tiros de fuzil; como estudantes precisam, os outros, usar a sua cultura, geralmente mais desenvolvida, para compreender a situação especial em que se encontra o soldado, acatando-o dentro dos limites da dignidade, considerando que elle não goza da sua liberdade e, para o bem publico, geralmente abdica da sua deliberação.

No caso da Bahia ha um fundo político. Mas que culpa têm os soldados em todas as machinações políticas a que serviram dentro da sua missão constitucional?

Porque alimentar prevenção contra esses patriotas temporariamente incumbidos de manter a ordem no interior e, no exterior, a integridade da nossa Patria?

Si o incidente teve particularidades puníveis e si se conhecem os responsáveis, apure-se a verdade e se localise o facto entre esses.

Mas não se queira chamar todo o Exército a ser responsável por um acto pessoal, nem se pretenda despejar sobre uma banda de música ou sobre uma pequena força ou sobre praças isoladas, em remoques o odio que se formou pelo acto ou pelos actos de uma parte do Exército no cumprimento de ordens legaes.

Sabir do terreno da serenidade e da justiça, ampliar um incidente que se não pôde evitar, por infelicidade, aumentar maldosamente actos ou consequencias, que se tornam naturaes depois de certo ponto das questões, insistir em atribuir a uma classe inteira aquillo que se viu em 2 ou 3 individuos, chegar ao ponto de suspender o funcionamento de associações patrióticas como si a Nação pudesse ou devesse paralysar ante um incidente como o da Bahia, já é ter força de imaginação e esquecer-se de que não conviria mostrar ao publico o verdadeiro feitio dos sentimentos com que se pretendia servir-o.

Ha tantos e tão importantes problemas desamparados e esquecidos aos quais se poderiam, utilmente, dar energias, elevando-se as personalidades, orientando-se o espírito crystalino da mocidade?!

Para terminar transcrevemos as palavras mu simples do Sr. Ministro da Guerra na sua entrevista com o periodico «Hoje», de 3 de Junho.

«Si culpados houver entre os militares serão punidos. Mas também não tolerarei que a farda do soldado brasileiro se converta em libré de cidadagem.

Acaso o quartel e a escola não se completam? O conscripto dos nossos dias mais que um numero: é um homem. E nos acrescentamos: **Como os outros...**

Notas sobre Historia Militar do Brasil

Introdução

E' muito difícil escrever sobre historia, muito principalmente sobre a historia militar do Brasil, porque os documentos são escassos, os poucos que se encontram referem os factos sob um ponto de vista puramente descriptivo, portanto, despreocupados das exigencias de ordem técnica que mais interessariam aos estudos militares.

A situação politica do momento em que factos se passaram, as idéias predominantes no povo, as condições intellectuais, moraes e morais das tropas, a natureza do terreno, recursos bellicos dos partidos que se defrontaram e tantos outros factores que se não podem despistar em um estudo conscientioso da historia militar, são em geral tratados superficialmente, exigindo por isso um grande discernimento e não menor habilidade da parte quem se propuser a extrahir de tais descreções os elementos reaes e necessarios à reconstrução dos factos propriamente militares.

Isso, porém, não servirá de pretexto para renunciarmos ao desejo de algo escrever sobre o assumpto, attendendo a que não é possivel continuarmos apenas adstrictos ao estudo da historia militar dos povos estrangeiros.

Escrevendo este pequeno trabalho, não temos a pretenção de apresentá-lo senão como modesto ensaio, visando estimular a capacidade de outros para a confecção de uma obra que possivel completa e na qual, além de prestarmos uma homenagem merecida aos nossos heróis antepassados, possamos também haurir encantos que nos sirvam de inspiradores para a nossa conducta presente e futura.

O Brasil não deve continuar a caminhar a mão alheia, nem proseguir na glorificação excessiva dos heróis de outras plagas, porque, voltando com attenção o seu pequeno archivado, encontrará elementos suficientes para não imitar nenhum outro paiz.

Muitas das operações militares realizadas nos primitivos tempos de nossa terra, quando ainda disputada aos portuguezes por varios outros, apresentam um certo cunho digno de estudo e demonstram mesmo a grande sagacidade dos combatentes, ora procurando no terreno aumentar os seus recursos, ora lançando mão de estagiares que foram bem os fundamentos da moderna arte da guerra.

O estudo desses factos, apesar da deficiencia de elementos para reconstituir os com a deseja exactidão, constituirá certamente uma boa base para ulteriores investigações; o nosso objectivo não vai além disso.

E' possível que se encontrem nestas notas muitas deficiencias e mesmo enganos de nomes e de datas, mas temos a convicção de que esses pequenos senões não prejudicarão demais a essência do assunto, que não comporta deta- lhes, mas visa apenas o principal.

As campanhas do Prata e a guerra contra o Paraguai, exigindo maior desenvolvimento, serão tratadas em trabalhos separados, o primeiro dos quais, já se acha publicado sob o título — CAMPANHAS BRASIL-RIO DA PRATA.

Descobrimento e primeira organização militar do Brasil

Descoberto no anno de 1500 por Pedro Alva- res Cabral, quando então reinava em Portugal D. Manoel, o Brasil foi dividido pouco depois, em 1534, já no reinado de D. João III, em 12 capitâncias hereditárias, província que se afigurou de vantagem para a colonização desse extenso território que aos portugueses coube a fortuna do descobrimento.

A defesa das novas plagas, continuamente visitadas por aventureiros de toda espécie, fôr um dos primeiros problemas a resolver; e, para provel-a, D. João III teve como especial cuidado a organização de uma esquadra que deve- ria cruzar ao longo das costas brasileiras e ao mesmo tempo servir, quanto pudesse, ao po- voamento.

Essa esquadra foi composta de 6 náos e teve como commandante Christovam Jacques, que fundou uma feitoria em Pernambuco, fortificando-a.

Além disso, quando, adoptando as ideias de Christovam Jacques, D. João dividiu o Brasil em 12 capitâncias, cada uma ou mesmo mais cabendo a um donatário, capitão-mór, provido de direitos e regalias especiais, ordenou elle, como providencia complementar da defesa, que cada donatário tivesse em sua capitania, além da pol- vora necessaria, pelo menos 2 falcões, 6 ber- cos, 6 meios-bercos, 20 arcabuzes ou espingardas, 20 bestas, 20 lanças ou chulos, 40 espi- das e outros tantos gibões d'armas dos que se usavam (acolchoados de alzolaão para amortecer os tiros de frechas).

Os senhores de engenho e fazendas fôraram obri- gados a ter 4 terços de espingardas, 20 espi- das, 10 lanças ou chulos e 20 gibões.

Todos os outros moradores deveriam ter ao menos uma arma, e, não a tendo, tratar de obtê-la dentro de um anno.

O desprestígio dessa lei importava em pena grave.

Em varios pontos do littoral ergueram-se trin- cheiras e fortins, onde a artilharia grossa, ro- deada de montões de granadas de pregos, vi- via as águas do Oceano.

Tal foi a primeira organização militar do Brasil-colônia.

As condições em que se achava Portugal indicaram essas providencias, pois que a marinha, em seu periodo inicial, modelada pela de Ge- novia, se compunha de galés e galeotas, embarcações de boca aberta e borda baixa em que o remo era o principal propulsor.

Segundo disse o almirante Jaceguay (Livro do Centenario 1901), taes embarcações, primi-

tivamente remadas por homens livres, o foram depois por forçados, levando a bordo mari- neiros para a manobra das vélas e homens d'armas para combaterem.

Os oficiais das galés eram denominados VINTANEIROS e recrutados entre o pessoal arrolado nos registros da gente do mar.

Foi D. Fernando quem nessa época assentou os fundamentos da grande obra da navegação portuguesa, estabelecendo princípios que ainda hoje formam a base das mais sabias legislações navaes.

Progredindo sempre, a marinha portuguesa attingiu excepcional esplendor no tempo do in- fante D. Henrique, pois que esse rei n^o 3º só criou marinheiros ousados, como também fez progredir a construção dos navios e a arte de guia-los.

Descoberto o Brasil, sua riqueza florestal foi largamente explorada para a construção naval, erguendo-se nas povoações à beira-mar estaleiros de onde sahiam, não só navios de pequena cabotagem, como também navios apropriados à navegação transatlântica.

Esses estaleiros, então chamados — *taracnas* — posteriormente cresceram de importância, trans- formando-se em verdadeiros arsenais navaes, isto é, estabelecimentos de fabrico, conservação e aprovisionamento do material naval fluctuante, sendo que os mais importantes foram os da Bahia, Rio de Janeiro e Pará.

O sistema de capitâncias hereditárias não apre- sentou, entretanto, as vantagens esperadas, de modo que Portugal decidiu estabelecer um go- verno geral no Brasil, unificando assim a ad- ministração da colônia e dando-lhe maiores ele- mentos de segurança contra as frequentes inva- sões estrangeiras.

A capitania da Bahia foi comprada para ser- vir de séde ao governo-geral, por ser a de me- lhores condições, sob o ponto de vista de sua situação geográfica, dispondo, além disso, de magnífico porto de mar.

A historia militar do Brasil propriamente dita começa nessa época, visto como as lutas ante- riormente travadas no território o foram entre particulares ou entre estes e aventureiros estrangeiros, embora no geral estimulados pelos respe- ctivos governos europeus.

Alguns historiadores, porém, assim não pen- sam e fazem recuar de alguns annos o período inicial da referida historia.

Entretanto, esse recuo em nada aproveita ao assumpto, pois que as lutas anteriormente tra- vadadas e mesmo as dos primeiros annos após a instituição do governo unico nada apresentaram de interessante, podendo-se dizer que o primeiro acontecimento militar que desperta a atenção é a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, já no governo de Mem de Sá, 3º go- vernador geral do Brasil.

Antes, porém, convirá relembrar que o sys- tema de governo-geral no Brasil teve, em sua primitiva organização, as seguintes bases ou principaes poderes: 1 governador-geral, chefe do governo; 1 ouvidor-geral, presidindo a justiça; 1 provedor-geral, dirigindo a fazenda; 1 capitão- mor da costa, encarregado da defesa do littoral.

Para esses cargos foram respectivamente nomeados — Thomé de Souza, Pero Borges, Anto-

(1) As capitâncias eram: 1^o S. Vicente, 2^o Santo Amaro, 3^o Paraíba do Sul, 4^o Espírito Santo, 5^o Porto Seguro, 6^o Ilhéus, 7^o Bahia, 8^o Pernambuco, 9^o, 10^o e 11^o Maranhão, 12^o Ceará.

ni Cardoso de Barros e Pero Góes da Silveira, os quais partiram de Lisboa a 2 de Fevereiro de 1549, acompanhados de 600 homens d'armas, 6 jesuítas, chefiados por Manoel da Nóbrega, varias famílias e 400 degradados.

A expedição, composta de 3 naos, 2 bergantins e 1 caravella, chegou á Bahia em 29 de Março, ali fundando Thomé de Souza a cidade do SALVADOR, cuja fortificação foi logo iniciada.

Primitivamente, ao proprio governador-geral cabia o commando das tropas, sendo mais tarde criado o cargo de alcaide-mór para essa função.

Thomé de Souza, além de ordenar a fortificação da cidade, organizou também a das capitanias, instituindo o serviço militar obrigatorio, sem excessos. Entretanto, não teve nenhuma operação militar importante a realizar, sua acção se limitando a luctas contra o gentio, que se rebelava ora em um, ora em outro ponto do Brasil, e a 15 de Julho de 1554 entregou o governo ao seu substituto, D. Duarte da Costa, nomeado então 2º governador-geral.

Esse novo governador teve de enfrentar um período accidentado, pois que, além de inúmeras operações que teve de emprehender contra o gentio, que continuava a rebelar-se, passou ainda pelo desgosto de ver os franceses estabelecerem-se no Rio de Janeiro, sem que pudesse bátel-os.

Nicolao Durand de Willegaignon, cavaleiro de Malta e vice-almirante da Bretanha, conseguindo a protecção do almirante Gaspar Châtillon, conde de Coligny, como calvinista que era, obteve de Henrique II, rei de França, os necessários auxílios para a organização de uma expedição contra o Rio de Janeiro, no intuito de ahi fundar uma colónia que servisse de asyllo aos sectários de Calvino.

Willegaignon havia obtido de Henrique II 2 navios com 80 homens e 1 chalupa, chegando ao Rio a 10 de Novembro de 1555.

A bahia era, então, conhecida entre os indígenas pelos nomes de Guanabara ou Nictheroy.

Desembarcando no ilhéu em que hoje se ergue a fortaleza da Lage, naquelle tempo denominado — Ratier —, dahi se passou Willegaignon para a ilha que hoje tem o seu nome e que era chamada pelos gentios de SERGIPE.

Nesse ponto construiu um forte fundando o seu estabelecimento colonial.

Willegaignon deu o nome de COLIGNY ao forte, reservando o de HENRIVILLE para a cidade que projectava fundar no litoral e o de FRANÇA ANTARCTICA para a colónia, que se estenderia pelo Brasil.

Em 1557, recebeu elle um reforço de 300 homens, vindos sob o commando de seu sobrinho Bois-le-Comte, em 3 navios, além de 18 peças de bronze, mais de 30 bercos de ferro e vários mosquetões, desse modo podendo melhor solidificar sua conquista.

Duarte da Costa, não se sentindo em condições de contrapor-se á invasão dos franceses, haviaapelado para a metrópole, mas o fizera de balde, pois que a situação política de Portugal se havia complicado com a morte de D. João III, a 11 de Junho de 1557.

Coube o throno portuguez a D. Sebastião, que contava apenas 3 annos de idade, de modo que o governo foi entregue á sua avó, a rainha Catharina d'Austria, como regente.

Tambem pouco depois, em 1558, Duarte da

Costa, que nada pudera fazer contra os franceses, entregou o governo-geral ao seu sucessor, Mem de Sá, nomeado 3º governador-geral, cabendo, então, a este as operações contra os invasores.

Antes de iniciar as operações contra os franceses, Mem de Sá teve também de lutar contra os selvagens, sendo forçado mesmo a ir pessoalmente á capitania de Ilhéos, onde, ajudado por Vasco Rodrigues Caldas, conseguiu uma serie de victorias, entre as quais a da BATALHA DOS NADADORES, assim chamada por haver sido decidida a nado a luta entre os contendores.

Considerações

Como se viu, a divisão do Brasil em capitanias hereditárias não déra resultado e dahi o ser forçado o governo de Portugal a instituir um governo geral, dispondo de unidade de acção e de maiores recursos para conter as frequentes invasões do território por aventureiros de toda especie.

Isoladamente, os donatários das capitanias não dispunham dos necessários elementos para uma acção energica e decisiva contra a pirataria dominante e que, ora aqui, ora alli, se atirava ao saque e á pilhagem, de modo que, instituído o governo-geral, poude o governo portuguez congregar os varios elementos dispersos e dar-lhes uma orientação firme, harmonica, de acordo com os interesses, quer da metrópole, quer da grande colónia sul-americana.

Além disso, evitou o governo portuguez, com tais providencias, a futura formação de repúbliquetas, ao emvez do grande paiz em que se veio a transformar o Brasil.

Effectivamente, com a instituição do governo geral, iniciaram-se as fortificações regulares do litoral e teve começo a organização de um pequeno exercito de defesa, graças ás providencias tomadas por Thomé de Souza, que, como dissemos, trouxera 600 homens d'armas e instituiu o serviço militar obrigatorio dentro de moldes compatíveis com as circunstancias.

A organização da defesa do Brasil, primeiro cuidado do governo unitario, apresentou sérias dificuldades, visto como só uma esquadra poderosa poderia tornal-a positivamente efficiente, completando a, dada a impossibilidade de guarnecer convenientemente tão extenso litoral.

Entretanto, não desanimaram os portuguezes, convindo notar que os pontos escolhidos naquelle época para o estabelecimento das fortificações ainda hoje são, geralmente, os que melhores condições apresentam, apesar dos progressos realizados no decorrer dos tempos.

A arte da guerra, elles a adaptaram intelligentemente ás condições do meio, tendo em vista o seu objectivo.

O processo contra os indios era geralmente o da intriga.

Sabendo da discordia reinante entre os *morubixabas*, os colonizadores tomavam o partido de uns, obtendo, assim a aliança dos mesmos, e foi assim que, para derrotarem os *tamoyos* no sul, por exemplo, serviram-se elles do odio tradicional que aos *tamoyos* votavam os *temimós*.

Era um processo incompatível com a civilização de hoje, mas será preciso notar que naquelle tempo escasseavam os recursos para a organização de exercitos regulares.

A cavalaria não se podia organizar, por falta de cavalos; a infantaria, organizada em *terços* (regimentos), não luctava em formações regulares e apenas dispunha de poucos e pesados arcabuzes, posteriormente aligeirados em fórmula de mosquetes, de piques, chulos e espadas. O *falcão* (canhão de pequeno calibre) era mais próprio para a guerra naval.

A guerra naval, também teve de sofrer modificações, de acordo com as circunstâncias, sendo que a mais original foi a organização das terríveis esquadrias de canhões, com as quais os indios faziam a guerra e os portuguezes a imitaram.

Agiam elas de preferencia durante a noite, aproveitando-se da escuridão e da rapidez relativa de que dispunham.

Na arte da fortificação das cidades, a necessidade impôs processos rudimentares: as *carras* de pão, as *juráras* ou cercas de espinhos e as trincheiras de taipa.

Só mais tarde, já no seculo XVII, é que se tratou da nova fortificação em baluartes, com bastiões apropriados à defesa obliqua, permitindo o flanqueamento das linhas e o cruzamento dos fogo.

A defesa do litoral merecia especial cuidado da metrópole, pois que, no estado da artilharia naval daquelle tempo (fraco calibre e pequeno alcance) a pratica havia demonstrado a enorme superioridade da arma instalada em terra sobre a montada a bordo.

Seria demasiado longa uma descrição de todas as fortificações daquelle tempo, muitas das quais ainda subsistem, desafiando os rigores das intempéries.

Foi a capitania de S. Vicente, hoje Estado de S. Paulo, a que primeiro possuiu fortificações regulares, dentre as quais citaremos:

Santiago — trincheira levantada por Martim Afonso de Souza em 1532, para a defesa da villa de S. Vicente;

Forte de Santos — construído proximo à cidade do mesmo nome, em 1543, por Braz Cubas, reconstruído em 1770, recebendo então 11 cañhões em baterias casamatas;

S. João da Bertioga — fortaleza erguida em 1551 no local das trincheiras Santiago;

S. Luiz da Armação — construída na mesma época para auxiliar a precedente na defesa da barra de Bertioga;

Fortes de Sepetiba, Rabo Azeado, Cruz, Villa Bella, Araçá, Feiticeiras, Canas — construídos na ilha de S. Sebastião e no continente, constituindo um sistema completo da defesa do canal e da baía que a ilha forma com a villa Bella da Princesa.

Na capitania da Bahia ergueram-se:

Trincheiras do Mar — duas baterias levantadas do lado do mar por Thomé de Souza para a defesa da nascente capital da colônia;

Santo Antonio da Barra — construída nos fins do seculo XVI, tendo a fórmula de um decágono irregular.

No Rio de Janeiro:

Willegaignon — construída pelos franceses em 1555 com o nome de forte de Coligny, como vimos;

Castello — construída em 1572 com o nome de S. Sebastião. Depois da invasão dos franceses, foi construída outra com o nome de S. Januario.

Muitas outras de menor importância poderiam

ainda ser citadas, pois que os colonizadores não se descuidaram dos pontos importantes situados nas varias outras capitâncias.

Como se vê, os colonizadores se adaptavam com grande tino ao meio em que tinham de agir, aos recursos de que dispunham e à natureza do adversario a enfrentar, as operações militares quasi que se limitando a ataques e defesas de pontos ou posições, em que a bravura e o arrojo desempenhavam quasi sempre o papel principal.

E era assim mesmo que as coisas se deviam passar.

(Continua)

NIL VAL.

CAPTURA DE INSUBMISSOS

O sorteio militar estava vivendo entre nós como si fosse uma instituição independente do Estado e capaz de subsistir só pelos seus efeitos e pelas sympathias que encontrou em certo grupo de patriotas previdentes.

Algumas promessas não executadas ou mal executadas, deficiencia de meios e recursos para o próprio serviço de alistamento, maus quartéis e pouca roupa, foram os elementos com que o Governo entendeu realizar a grande obra da conscrição.

Mesmo assim os resultados são animadores para o Paiz e de alguma significação para o Exercito. Já não é pequeno o serviço que o sorteio tem prestado a nacionalização das nossas colônias, ao desenvolvimento phisico dos nossos jovens patrícios e à educação cívica do nosso povo.

Dessa compreensão dá uma prova valiosa e animadora o actual Governo, resolvendo completar a execução da lei em a captura dos que a burlavam acintosamente, destruindo-a com o exemplo da impunidade, levando ao ridículo todas as medidas que sancionavam sua existencia.

A captura dos insubmissos e a sua punição real — mesmo que seja só com a duplicação do tempo de serviço — constitue um dos maiores impulsos que a intelligente energia do actual Governo poderá levar à defesa nacional.

Si tomamos o rumo da nação armada, si é esse o único suficientemente útil e si é preciso adoptal-o para resolver o elevado problema da nossa existencia como nação, devemos executá-lo corajosamente, para tirar partido de todos os seus benefícios e reduzir ao minimo os inconvenientes pessoais oriundos de uma desigual apreciação.

Só um verdadeiro desrespeito pela nossa eficiencia militar, poderia conformar-se com a situação creada pelo desrespeito da lei do sorteio, desrespeito ostensivo e deprimente, prova maxima da decadencia da autoridade.

Dos 1741 sorteados no Districto Federal para o serviço deste anno, apresentaram-se apenas 745. Dos 996 rebeldes 141 já foram capturados. Destes, 12 foram julgados incapazes, 11 foram excluídos temporariamente e 10 postos em liberdade por motivos diversos. A justica attendeu aos que mereciam e só está em falta com os petulantes que ainda gosam das dificuldades inherentes a um centro populoso e desorganizado.

O Snr. Ministro da Guerra fallando á redacção do «Hoje» manifestou-se justamente impressionado com a maneira por que a «escassez das comunicações», os defeitos do «recenseamento dos alistarveis» e a falta de «meios de divulgação dos nomes dos sorteados», se reflectem sobre a conscrição. S. Ex. acha que o remedio principal está em um longo prazo medeando entre a realização do sorteio e a incorporação e, assim, pensa elevar-o a um anno.

Não ha duvida que com essa e **outras**, modificações a lei do sorteio será mais adaptável ao meio. O prazo de um anno para a incorporação ha de dar vida intensa ás sociedades de tiro — sem prejuizo algum para o Exercito permanente. Os sorteados aproveitarão o prazo que lhes é facultado para se apresentarem com a sua caderneta e a caserna ficará destinada aos que não tiverem força de vontade para tanto. Directa ou indirectamente dar-se-á um impulso considerável ás nossas reservas.

Mas a chamada da turma supplementar não deve ser feita sem onus para os que se eximirem mais ou menos astuciosamente. Para isso conviria firmar que o sorteado chamado para substituir insubmissos seria imediatamente dispensado desde que effectuasse uma captura ou contribuisse para effectual-a.

Seria um legitimo e util recurso para a defesa pessoal dos desprotegidos.

2. LINHA

Srs. Redactores d'A Defeza Nacional!

Cordeaes saudações.

Li na vossa Revista, da qual sou assígnante e assíduo leitor, um bom artigo sobre a organisação do exercito de 2.ª linha no que diz respeito ao recrutamento de officiaes.

Penso que si o Governo persistir em crear difficuldades para o recrutamento do pessoal da 2.ª linha, nós nunca teremos officiaes principalmente para o corpo de saude.

Não sei explicar qual a razão por que os exames dos officiaes da 2.ª linha só podem ser feitos na séde das Regiões, obrrigando o candidato a despezas, que bem podiam ser evitadas.

Vou referir-vos o que se deu comigo.

Quando estudante de medicina fui nomeado interno gratuito do Hospital de Marinha, estando eu no 3.º anno.

Depois de ter feito o 4.º anno, submetti-me a concurso, tirei o 1.º logar e fui nomeado interno effectivo, recebendo o ordenado de 50\$000 mensaes com o desconto de 2% não sei para que fim, mas que acredito tratar-se ainda de negócios da guerra do Paraguay.

Depois de formado, vim estabelecer-me aqui em Itú, onde clinico ha doze annos.

No anno de 1918, havendo falta de medico no antigo 7.º hoje 4.º R. A. M. fui contractado para medico do mesmo, com *as honras e vantagens de medico adjunto*.

Permaneci no Quartel como medico *um anno e um mez*, tendo o Governo por falta de verba rescindido o contracto.

Tive elogios de todos os commandantes com os quaes servi, principalmente por occasião da gripe.

Revelei, portanto, no parecer de todos os commandantes, capacidade profissional.

Note-se ainda, meus Srs., que gozando das vantagens de medico adjunto, eu tinha as honras de 1.º Tenente.

Chegada a época das inscrições para os candidatos aos postos de officiaes do exercito de 2.ª Linha, inscrevi-me regularmente e fui aceito.

Requeri então ao Sr. Ministro dispensa de exame, allegando tudo o que julguei ser a bem dos meus direitos.

Esse requerimento teve informação favorável do Capitão Medico com o qual servira, do Coronel Commandante do 4.º R. A. M. e do proprio Sr. General Commandante da Região, o qual, ás informações dadas, acrescentou que havendo já um precedente neste sentido, julgava justo o meu pedido.

Pois bem, apezar de tudo quanto expus, o meu requerimento foi indeferido.

Como o meu requerimento foi remetido por intermedio do Commando do 4.º R. A. M. esperei pacientemente que do Rio informassem o commando da unidade do despacho, o que só aconteceu quando a época legal já tinha passado.

Requeri então novamente ao Ministro, pedindo que, por equidade, me concedesse uma época extraordinaria para poder submeter-me a exames.

Novo indeferimento coroou a serie de aborrecimentos por que passei.

Tive um trabalho enorme de colligir os documentos necessarios para a minha inscrição, para no fim ver tudo perdido.

Agora pergunto: que necessidade havia do Governo me sujeitar a prejuizos e despezas na Capital, quando eu já havia dado provas de habilitação?

Porque razão não podia eu ser submetido a exame na séde do 4.º R. A. M. aqui mesmo em Itú?

Para ir a S. Paulo, eu tinha de abandonar os meus afazeres clinicos, quer dizer, deixar de ganhar, e ao mesmo tempo perder no minimo 3 dias em S. Paulo, sujeito ás despezas.

Vêdes, Srs. Redactores, que é o proprio Governo que difficulta a incorporação de profissionaes no exercito de 2.^a linha.

D'aqui ámanhã, si houver uma guerra, estou certo que o Governo me arrebanhará para prestar meus serviços profissionaes, independente de concurso e mais formalidades. Porque pois difficultar a minha incorporação num caso todo especial qual o meu?

Que se exija concurso para os medicos que se destinam á 1.^a linha, vá, porque o concurso, apezar dos pezares, é ainda um bom meio de seleccionar os candidatos, sempre numerosos aos logares de medicos do exercito. Mas para a 2.^a linha, quando o Governo tinha todo o interesse em possuir uma estatistica (1), dos medicos validos para serem chamados, é o que não comprehendemos.

O Governo tinha todo o interesse em recrutar-me na 2.^a linha porque aqui moro e daqui não pretendo sahir e deste modo estava sempre prompto a, como medico militar, prestar os meus serviços ao Regimento aqui aquartelado, na falta de medicos militares, o que não é difficult de se dar, como de facto se deu. Mas contra os factos consummados não ha remedio. Esperemos melhores dias.

Dr. Braz Bicudo de Almeida.
Medico civil

(1) *N. da R.* — Muito bem! Não ha dúvida que ao lado dessa tão necessaria estatistica precisamos ter os quadros de saúde da reserva de 1.^a e 2.^a linha organizados, com pessoal que satisfaça as exigencias profissionaes, de idade e de alguns conhecimentos militares adequados. O estagio de um anno em um corpo de 1.^a linha servindo como medico adjunto foi sufficiente para que muitos medicos entrassem para o quadro de 1.^a linha sem outra formalidade e — sempre será — para que o medico pertença aos quadros de saúde da reserva de 1.^a ou de 2.^a linha.

Naturalmente, no caso trata-se de *letra de lei*, mas, não cansemos de repetir: **a falta de um quadro de saúde de reserva é das que não podem persistir.**

Mesmo outras concessões seriam justificaveis para um individuo que é medico e está prompto a prestar seus serviços — *sem ser arrebanhado* — e sem onus para a Nação.

Eis ahi uma das muitas questões de real utilidade a tratar na actual sessão legislativa: revisão das leis de recrutamento dos officiaes de reserva de 1.^a linha e de 2.^a linha, de forma a dar-lhes vida real, efficiencia.

O estagio na tropa em terras distantes

A questão do estagio nas garnições longinquas se impõe uma solução legal, para que não continuem as regiões da fronteira como zonas indesejadas, talvez dignas somente de *indesejaveis*.

E' a falta de regularização do estagio que as faz temidas e viverem em continua crise de officiaes.

Até agora o meio por que elles os obtêm, provém de duas fontes: dos filhos do lugar ou que ahi se estabilisam, dos *indesejaveis* de qualquer natureza que lhes mandam.

A 3.^a fonte, dos *voluntarios*, é quasi nulla, quando devêra ser a de mais abundante messe (1).

A crise continuará enquanto seguirmos o sistema que tem mostrado a sua incapacidade para alimentar as tropas distantes com a seiva que é considerada a melhor do exercito.

Julgo que animado por um pouco do espirito de justiça, não se pôde censurar a quem voluntariamente não quer ir para essas regiões, desde que se sabe de antemão o que acontece.

Sae-se dos grandes centros, onde ha trabalho e progresso, luz, civilisação e tudo quanto pôde tornar a vida menos ardua e fazer a alma retemperar-se para os grandes labores e se chega, muitas vezes a logarejos primitivos, onde tambem se trabalha (geralmente com accumulo de serviços), mas não ha os recursos de aprendizagem e educação que mitigam a aridez da vida de quem não os encontra, estando acostumado a agir nos logares de mais sacrificio e nelles ter todos os elementos de seu proprio aperfeiçoamento profissional e geral.

E o retorno, se não tem mão forte que o ampare?

Ficará como um desterrado, como um banido, ou usará de meio doloso ou oneroso que dir-se-ia a paga de um louco ideal.

Não é esse o melhor regimen, nem o

(1) *N. da R.* — Esta fonte pode ficar fora de discussão. Será lamentavel que o numero dos que cumprem gostosamente a ordem de seguir para as garnições afastadas, seja ainda pequeno; devemos ser justos constituindo com estes a 3.^a fonte — a dos que espontaneamente se exercitam no cumprimento do dever, calcando seus interesses privados — demonstrando uma qualidate militar notavel.

mais justo e educador, o mais moral e formador do carácter, que todos nós pretendemos incutir na alma brasileira.

E' imprescindível uma solução que também seja a «mais útil e económica» ao exército, à nação e ao indivíduo.

O estagio de um anno em tais regiões deve dar direito à transferencia ao oficial que a requerer. Dessa maneira a officialidade irá, com o tempo, conhecer as zonas que mais necessitamos investigar. Dessa remessa de sangue novo às mais distantes partes do organismo nacional, resultará o comércio do trabalho e das idéas mais intenso e o caldeamento do meio militar antigo ahi encontrado, de tal modo que o inconveniente da longa temporada nos logares atrasados, se fará sentir no mínimo (2).

A Marinha Nacional effectua o estagio com o mais brilhante sucesso. Não me consta que alli alguém se furte ao cumprimento do dever, custando executar as ordens recebidas de partir para as zonas indesejadas, ou delas se eximindo. Todos os marinheiros sabem que o desterro será temporário e que toca a todos, e por isso não perdem um instante em seguir a destino.

(2) *N. da R.* — E chegarão a ser eliminadas todas as dificuldades que se defrontam no aspecto nacional e no individual da questão. Presentemente se justifica o estagio de um anno, mas logo que as guarnições melhorem, não. Em um anno pouco serviço se presta no ponto de vista administrativo; esse tempo é o necessário para bem conhecer o meio e ficar em condições de comandar com vantagem. De qualquer forma, porém, os officiaes que têm mais de um anno em guarnições afastadas, devem ter o direito à transferencia para centros mais adiantados no ponto de vista profissional e geral, assim como os officiaes que nunca foram a esses lugares têm o dever de se conformar com a classificação que a sorte lhes destinar, indo substituir alegremente os seus camaradas que têm direitos iguais e iguais aspirações.

Mesmo sob o ponto de vista das promoções, a equidade das classificações teria excellente influencia evitando este círculo vicioso: o oficial não é conhecido porque não foi classificado em condições de o ser, e não é escolhido para a promoção porque não é conhecido e não teve quem se lembrasse de examinar os seus serviços em relação às dificuldades que precisou vencer. Um estagio regular talvez não seja exequível, porque o numero de unidades das fronteiras não comporta a passagem de todo o quadro de cada arma e seria muito caro; a transferencia mediante requerimento e a prática de uma classificação justa, criteriosa, guiada pela razão e pelo amor ao serviço público — sem predileções — constituiria um grande progresso para o Exército.

E' uma questão que interessa incalculavelmente ao progresso da instrução e consequentemente do exército.

1º Tte. *Manoel Carlos*.

Novo meio de burlar o sorteio

Entre os sorteados isentos pertencentes à ultima classe, muitos o foram por serem reservistas da Armada.

Em 1919 foram isentos pelo motivo acima alguns sorteados dos municípios marginais do Taquary (Rio Grande do Sul).

Parece que o facto serviu de incentivo, pois este anno, o numero destes cresceu de muito.

Ora, o documento que apresentavam e juntavam à petição de isenção limitava-se a cadernos de matrícula na Capitania do Porto, na qual, a maior parte das vezes, constava simplesmente, que o requerente desempenhava as funções de *moço* e quasi sempre durante um período ridiculamente curto: alguns não chegavam a estar um mês no serviço.

Outros passavam o mesmo tempo, em uma simples lancha. De um foi informado que, preconcebidoamente, para furtar-se ao serviço militar, empregára-se a bordo.

Não é possível que a lei considere reservistas navaes a indivíduos em tais condições; provavelmente há um erro de interpretação que cumpre ser esclarecido.

Evidentemente a Marinha Nacional também não tem interesse em acobertar semelhante burla; seria uma tola auto-illusão considerar tais elementos como reservistas navaes.

O que traz de novo o R. I. S. G. 1920

(Continuação)

III

Titulo III — Dos serviços gerais. — No art. 230 acrescentou-se a chamada ao 280 e neste foi additada esta explicativa, no fim: «Mesmo durante as horas de instrução devem ficar no corpo da guarda o cdte. ou o cabo e além delle mais uma praça».

No art. 231 — todo o pessoal de serviço permanecerá armado e uniformizado — foi encaxado: «excepto cabo de dia e plantões»; e acrescentada a explicação: «O cabo de dia e o plantão de «quarto» conservarão apenas cinturões».

No art. 232, discriminativo do pessoal de serviço diário em um R. I. foi acrescentado um § unico: «O princípio consagrado no item 14 do art. 97 será aplicado quanto possível em todas as subunidades, isto é, até às esquadras, de modo que o pessoal escalado para um mesmo serviço seja da mesma fração de tropas».

Houve um engano na citação: é o item 14 do art. 98, que já constava, tal qual, na 1.ª edição.

O *official de dia* (art. 233) apresenta-se aos cdtes. quando chegam ao quartel si não estiver nalgum serviço que não convenha interromper; neste caso se apresentará assim que possa (it. 3); identificamente procede para receber e acompanhar outras autoridades (it. 4); põe o visto na parte de serviço, escripta e assignada pelo adjunto

respectivo livro (it. 7, ex-6); para conceder excepcionalmente dispensa de pernoitar no quartel, ouvir o sargeante (it. 17, ex-14); põe liberdade as praças que concluiram castigo, simo que haja omissão no boletim (it. 20); o it. 21 não é proibido ao preso levar seu bote para a prisão; não faz mais diariamente ação dos moveis e utensílios da sala do oficial de dia (it. 22); fiscaliza a distribuição da ração (it. 23) (naturalmente aos animais não atribuídos às subunidades); assiste à visita médica nas prisões e nos alojamentos, salvo aqui estiver presente o oficial respectivo (it. 25); essa ou manda passar revistas nos alojamentos (26).

Se o oficial de dia residir perto do quartel, alcance do toque de corneta não é obrigado a pernoitar no quartel; o cdte. do corpo de em boletim dispensar o pernoite, mesmo em aquella condição; tal dispensa é obrigatória sempre que a escala tiver menos de 5 oficiais normalmente isentos desse serviço (it. 27). A escala de oficial de dia compreende aspirantes, subalternos e capitães (estes addidos) se não commandem companhia, sendo que os oficiais só se não estiverem na escala de dia guarnição, e naquelles excluem-se os ajudantes, secretário e director da escola regimental. Se a escala assim formada vier a ter menos de 5 entrarão ao mesmo tempo (caso em que essa a obrigação do pernoite) os ajudantes, o secretário e o professor, e se ainda assim não for atingido aquele numero entrarão também ao mesmo tempo todos os cdtes. de companhia e o ajudante do regimento «quando subalterno» (art. 234). Não se sabe de onde vêm essa odiosa exceção em favor do capitão-judante!

Nas atribuições do sargento de dia ao batallão (art. 236) foi acrescentado o it. 4: «Informar o adjunto de todas as faltas ou irregularidades que ocorrerem se não estiver no quartel algum oficial da unidade respectiva e se não puder providenciar».

Para o cabo de dia à companhia (art. 239) foram trocados de lugar os it. 1 e 2; elle primeiro recebe o serviço e depois apresenta-se; qualquer oficial que entre no alojamento o cabo de dia só se apresenta a primeira vez; designa os plantões para os quartos, 1.º, 2.º e 3.º, na ordem natural de seus numeros de praça (it. 20).

O plantão de quarto (art. 240) não é obrigado a estar sempre na porta (quem sabe na posição de «braço-vassoura»), nem tem o privilégio de dar o signal ou cdo. de sentido ao entrar um oficial; isso é obrigação de qualquer outra praça, a primeira que o veja (it. 1). Acrescentou-se: «Observação — A não ser entre as horas de recolher e da alvorada o plantão pode sentar-se». É razoável a concessão e fácil de compreender a exceção, sobre a qual deverá haver dobrado rigor.

Da fachina. — Foi revolucionado o art. 243, no sentido de generalizar o progresso já adotado por muitos cdtes. adiantados. Desaparece o «cabô da fachina»; só excepcionalmente será encarregado uma praça simples ou um anspeçada; deverá ser de preferência uma ex-praça. Maravilhoso, p. ex., para aproveitar com proveito para o individuo, o Estado e a instrução, asylados. Os serventes, em vez de praças escaladas, tam-

bem serão civis, de preferência ex-praças (243 e 248).

Das revistas diárias. — Nos dias em que não houver instrução (249, § único) uma revista será passada pela manhã «segundo as ordens dos cdtes. de companhia e ajudantes».

«Os sargentos ajudantes e os 1.ºs sargentos normalmente não são obrigados à revista do recolhimento» (250 it. 3). Se um dos batalhões ou uma das companhias estiver de promptidão ou em fórmula por motivo de serviço determinado ou autorizado por ordem superior, sua revista ficará fóra da alcada do oficial de dia» (do 251).

A revista médica é passada nos alojamentos, salvo quando se tratar de exame que aí não possa ser feito, tal doente esperará, por ordem do medico, na sala deste (254). No mesmo livro das visitas o medico mencionará suas observações relativas à hygiene dos alojamentos e prisões (§ único).

Do art. 257 foi posto um § único. Onde não houver enfermaria regimental a praça ficará no quartel durante a observação médica, salvo se tiver família sua na localidade, a cuja residência possa se recolher.

O sargento de dia ao levar o livro das visitas ao fiscal lhe dará também uma nota, cópia das alterações de praças que interessem ao boletim regimental.

Da parada e das substituições do serviço diário. — O antigo título era só: «Da Paradas». A principal alteração é a de cessar a obrigatoriedade das formalidades da parada diária, o que aproveita ao serviço em si mesmo e ao efeito e significação das paradas, tornadas menos vulgares.

Os oficiais que tenham de entrar de serviço não são mais obrigados a comparecer à parada, mas a estarem no quartel à hora da mesma.

O antigo art. 270 passou a § 1.º do 269. Como § 2.º vem a disposição que autoriza os cdtes. de corpos a reduzirem as paradas aos domingos e substitui-las nos dias de festa nacional por paradas na praça pública, segundo o R. E. respectivo. O § 3.º dispõe sobre a substituição dos serviços nos dias em que não ha parada.

Pelo novo art. 273 as guardas não comandadas por oficial ao recolherem ao quartel podem debandar com licença do fiscal se este for mais fácil de achar que o oficial de dia.

Do rancho. — Do art. 285, it. 1, desapareceram uma porção de títulos de desarranqueamento, porque pelo sorteio elles dão isenção e para voluntários são prohibitivos. Suprime-se o art. 288 relativo à velha proibição de abono de etapas atrasadas. Sancionam-se no art. 290 duas praxes consagradas: desarranqueados não vencem etapa de extraordinário; em dias que não de festa nacional pode haver melhora do rancho pelo cofre do Conselho Administrativo.

O art. 292 esclarece a concessão de rancho gratuito ao oficial de dia e durante os períodos de instrução aos oficiais obrigados a permanecer no quartel para ministerial, fiscalizado ou nella tomar parte, dependente de recursos orçamentários expressos.

Do boletim do regimento. — Acrescentado ao art. 297: «Os cdtes. de corpo e de unidades incorporadas mandam diariamente uma co-

pia de seu boletim (ou additamento) á autoridade imediatamente superior.

No mesmo art. altera-se o numero de exemplares a tirar do boletim e consequentemente o processo de transmissão do mesmo até á companhia. O 1.º sargento da companhia lê o boletim á unidade ou assiste á leitura feita por um sargento. Já vimos em outro art. que o capitão também ás vezes lhe assiste com seus officiaes, ou manda que um subalterno assista.

Accrescenta-se um § unico, dispensando o cdte. de companhia de ficar preso no quartel por demora do boletim e regulamentando para esse caso a tomada das providencias.

O velho título «Batalhões de Caçadores e de Engenharia» foi substituído pelo, mais modesto, de — Observação. O art. 303 tornou-se superfluo.

A guarda das cavallariças não forma na parada. «O serviço nas cavallariças é feito em uniforme de economia» (art. 311). «Durante as horas de instrução deve ficar nas cavallariças um dos homens de serviço, salvo se toda a cavallada estiver fora» (do 312, it. 7).

O ferrador de dia e o aprendiz não formam na parada (art. 316).

Do serviço externo de guarnição. — No art. 329 onde se recommends para a organização desse serviço a maxima attenção á instrução, foi accrescentado: «Importa reduzir os serviços de rondas e patrulhas ás occasões excepcionais; o serviço habitual de ordem publica é affecto á polícia local e as praças do Exercito devem ser habituadas a respeitá-la, instruídas nesse sentido».

Das sentinelas. — No art. 354 foi alterado o it. 4: «Só entrar na guarita para se abrigar do sol, da chuva ou do vento, ou á noite, conservando sempre abertas as seteiras e sahindo para prestar as continencias, excepto em caso de chuva».

Dos militares que chegam a uma localidade ou nella se acham de passagem. — Na 1.ª edição dizia-se, em vez de «localidade», guarnição. Havia pois uma lacuna. No art. 371 aumenta-se de 24 para 48 horas o prazo para apresentação do oficial que chega a uma guarnição.

No it. 3 estabelece-se a obrigação para os militares de comunicarem á autoridade civil, onde não haja a militar, sua chegada, residência e duração de estadia. O antigo it. 3 tomou o n.º 4.

Identicamente, accrescentou-se no art. 372, essa obrigação de scientificar á autoridade civil quando um militar em transito tiver que interromper sua viagem numa localidade onde não exista autoridade militar; cumprirá indicar-lhe qual a autoridade militar mais proxima para que lhe transmitta a comunicação do ocorrido. No art. 374 desdobrou-se o caso da viagem em navio ou em trem. Neste 2.º caso fica necessariamente excluída a hypothese das viagens urbanas ou suburbanas. Nas viagens de trem é responsável pela ordem e disciplina entre os militares em cada carro o mais antigo ou mais graduado.

Dos destacamentos. — Foi suprimido o art. 391, relativo ao armamento da cavallaria: ha de ser o regulamentar.

Das ordenanças e praças empregadas. — Em vez de dizer que têm direito a ordenanças «os officiaes arregimentados em serviço na tropa»

diz-se: os officiaes superiores e cdtes. de companhias... (392).

O § 3.º estabelece que os bagageiros e ordenanças serão «se possível promptos com mais de metade do tempo de serviço».

Pelo art. 394 o cdte. do corpo fixa a quantia necessaria para indemnização de artigos de limpeza a comprar pelo ordenança ou bagageiro para o serviço de seu official e legalisa a concessão de uma gratificação, também por este, a seu criterio.

Pelo art. 396 nenhuma praça poderá ser empregada interna ou externa antes de completar o 2.º periodo de instrução do seu 1.º anno. «Se por falta de pessoal for inevitável infringir este preceito, a nomeação para emprego será feita sem prejuizo da instrução».

(Continua)

Instrução de Infantaria

Quadros de instrução destinados á organização de programas semanaes

IX

Trabalhos d' sapo

(A) Construções individuais sob o fogo e só com a ferramenta portátil

Direcção tomada pelo atirador em face de um inimigo suposto em determinada posição.

Collocação do fuzil e da mochila.

Conducta do visinho durante a construção.

Modo de cavar (posição do corpo e de empregar a ferramenta).

Primeiros recursos para mascaraamento.

Considerações sobre as dimensões dos abrigos individuais.

Transformação dos abrigos individuais num entrancheiramento contínuo.

Progressão: transformação de um entrancheiramento contínuo para atiradores deitados num outro para atiradores de joelho.

Observações: Os trabalhos desta chave são feitos conjuntamente com os exercícios de «ordem aberta» (ver quadro III — aproveitamento dos acidentes e melhoramento). Para iniciá-los os homens devem, nos primeiros exercícios, ser collocados já estendidos, tendo-se antes feito em presença de todos um desses abrigos. E' recomendável, para que cada um se habitue sempre e desde o começo a encarar uma situação, que se supponha a posição ocupada pelo inimigo ou, antes, fazendo figurar a linha inimiga por alguns alvos em posição. O instructor acompanhará a conducta de cada homem na construção de seu abrigo. Nos demais exercícios de ordem aberta em que a construção dos entrancheiramentos não constitua o objecto da instrução, basta que cada homem inicie a construção (280 do R. E. I.). No periodo de recrutas a construção dos entrancheiramentos não deve ir além do typo para atiradores de joelho e de todos os trabalhos que o mesmo typo com-

orta. Até aí só se deve empregar a ferramenta portátil.

De joelho, de pé e reforçado (construção especial de cada um desses tipos).

Descrição sumária dos perfis.

Noção prática da progressão com o aproveitamento da construção dos tipos.

Dimensões dos perfis e inclinação dos taludes.

Logares e situações onde podem ser empregadas obras de cada tipo.

Espaço por ocupante e por esquadra.

Progressão e melhoramento pelos reforços ou pela própria tropa (demora na posição).

Campo de tiro, relevo, noção do tempo gasto, enfatismo.

Disciplina na construção e silêncio, principalmente à noite.

Direcção do traçado.

b) Execução dos trabalhos (objecto de outra chave a seguir).

Observações: Começa-se fazendo construir especialmente por uma fila uma trincheira tipo, de pequeno desenvolvimento (cerca de 2 metros) com dimensões precisas e fazendo emprego de medidas, especialmente as dimensões da ferramenta de sapa. Esta construção servirá para os homens, comparando-a com as suas posições de corpo e suas dimensões, guardarem melhor as dimensões das diferentes partes de cada tipo. Cada um destes deve ser construído oportunamente, isto é, só se deve construir o tipo de pé, por exemplo, quando os homens forem executar trabalhos deste tipo. E' na construção desses tipos e execução posterior pelos homens que devem ter lugar as considerações que os mesmos comportarem.

1º Tenente Barbosa Monteiro.

(b) Construções concecivas, em geral sobre os instruções especiais

Considerações durante a construção sobre:

a) Types

de guerra, o que é, portanto, antes um prejuízo, que um benefício; esse sucesso mataria por completo a iniciativa particular e o criador já levado a abandonar a criação de equinos em vista de sua fraca remuneração relativamente aos gados vaccum, lanígero etc., a abandonaria de vez. E' facto commum em todos os países que somente a criação dos cavalos de corrida remunera, em vista dos altos preços que atingem alguns produtos. A criação do cavalo de remonta, de tropa, porém, sujeita à exigência de pêlos, edade, conformação, altura etc., paga a preços baixos, não é nada tentadora por si mesma para que o criador a ella se dedique; é preciso o estímulo do Governo, pelo prémio, pela compra certa do producto, pela facilidade de lhe fornecer bons garrinhos, etc.

Ora, si o Governo, em vez disso, pretender elle mesmo criar para suas necessidades de paz, o particular não terá nenhum motivo para se dedicar a uma criação pouco remuneradora, quando não onerosa e no caso de guerra faltará por completo este imprescindível recurso. Além disso, a criação do particular é sobre tudo mais vantajosa. Creando pouco, pôde crear bom, ao passo que a criação em grande escala nunca permite um completo apuro, pelo menos o melhor. Nessas condições, se deve de vez abandonar a tentativa de crear cavalos de remonta, dedicando-se exclusivamente à de reproductores, e instituindo-se a effectividade dos «Depositos de Remonta» onde se efectuarão em épocas fixas como estatue o respectivo regulamento, as compras anunciadas, desenvolvendo o systhema de prémios ao criador pelos productos apresentados com sucesso nos certames hippicos (exposições, concursos hippicos, etc.) e fornecendo-lhes gratuitamente o padreamento das éguas (**), como já se faz e também mediante indemnização, os pastores do tipo e raça escolhidas pelo Governo.

E' notável o augmento crescente do abandono da criação de equinos no Rio Grande, havendo-se as comissões incumbidas de compras para a remonta, cada vez em maiores dificuldades. Basta lembrar que a compra de 300 ou mesmo 100

Do Saycan

De um relatorio

«São longas a experiência e a insistência com que o Estado procura fazer do Saycan uma fonte de remonta para o Exercito; os seus fracos resultados, porém, parecem de vez aconselhar o abandono dessa tentativa. Admittido mesmo o sucesso, isto é, que o Saycan pudesse fornecer os efectivos de solipedes do pé de paz (*), jamais o faria para o pé

(*) N. da R. — Cerca de 12.000 cavallares, (dos quais 3.500 de tracção) e cerca de 1.500 muares, o que daria um contingente annual de 1.200 cavallares e 150 muares, supondo-lhes como média de tempo de serviço — dez annos.

(**) N. da R. — E' necessário limitar o prazo desse serviço gratuito, p. ex., até o fim de 1922. Daí em diante será remunerado o padreamento, seguindo uma taxa a mais modica possível.

allos leva meses a se effectuar, porque sua maioria as tropas á venda constitui o refugo das fazendas. Raros são os que se dedicam especialmente a criação e os que della desertam são a vez em maior numero. E, assim, creio que se-á muitissimo exagerada a dificuldade da solução, si houver o retardo de alguns annos. Além destas razões de em geral que convidam o Estado a abandonar por conveniencia propria a criação do cavallo de remonta, referindo-se especialmente ao Saycan, é então totalmente improficia a tentativa.

Os campos aqui não são proprios á criação de cavallos de remonta, são fracos sobretudo muito humidos. Basta ver a forte mortandade ocorrente no comecinho dos invernos e o pouco desenvolvimento dos animaes, mesmo de meio sanguíneo, para concluir-se a referida improficiencia.

Não resta duvida que as varzeas marginais do «Santa Maria» e mesmo uma ou a mancha, porém dispersas, possuem agens que, sem serem finas, são de qualidade, mas essas mesmo não convém á criação do cavallo de tropa porque, se for arenoso ou quasi sempre humido, produzem fraquissimos cascos.

Para que o Saycan pudesse produzir em suas condições seria preciso effectuarem trabalhos consideraveis de preparação do campo. Ora, attentas as razões acima constatadas, isso não parece conveniente.

Bona ainda a nossa affirmativa o consenso é que somos forçados a estabelecer com os nossos, quando recebemos cavallos comprados na fronteira. A diferença profunda do desenvolvimento apreendido por uns e outros temos constatado abundantemente, com a prática seculada de ser esta Fazenda constantemente incumbida de effectuar compra de animaes para o Exercito.

Os tipos vindos de campos finos, muito pôrta de paes inferiores em sangue e vitalidade a qualquer dos nossos garrados estabulados, têm no entanto muito mais vigor, mais desenvolvimento physique, emfim, mais vida. Os nossos em geral têm seu desenvolvimento retardado e, com a mesma idade, não guardam menor relação muitas vezes com irmãos, de eguas não superiores ás nossas, nem criadas e amamentadas em outros postos. E' a inferioridade destes campos

que os enfraquece desde cedo, campos que por sua natureza são destinados a não permitirem o desenvolvimento da raça cavallar, causando o seu desfinhamento constante.

Baseado, pois, nestas considerações, sou levado a propôr a regulamentação deste Estabelecimento, no sentido de crear apenas animaes destinados á reprodução, em condições tales que permitta a melhoria crescente dos typos destinados ao serviço das armas.

Não ha duvida que se restringindo o Estabelecimento a esse objectivo e ao de fornecer garanhões aos criadores particulares, crear-se-ia um certo aumento de despezas, mas cujo custeio poderia ser effectuado com a renda proveniente dos 4/5 do actual campo ocupado pela Fazenda.

Si, no entanto, não julgando o Governo convincente a argumentação supra, quizer permanecer como criador, de modo a directamente proceder á remonta e, si apezar das considerações tambem acima referidas sobre a natureza e propriedade destes campos, quiser aproveitar neste sentido os campos do Saycan, permitta, que me refira ao unico modo que julgo poderá revestir de um caracter pratico uma tal insistencia.

Neste caso cumprirá organizar o Estabelecimento, subdividindo-o em postos de administração providos de tudo quanto seja necessário á sua vida propria, cada posto possuindo 1.500 eguas, das quais 400 escolhidas para receberem a cobertura de 4 pastores puros, 100 para a cobertura de 1 jumento puro e 1.000 para 10 pastores de campo; estes postos devendo possuir instalações completas para abrigo do seu pessoal, animalada e material, sendo os pastores puros criados a estabulagem completa e os de campo a meio estabulo no inverno, bem como o necessário ao plantio das forragens precisas ao seu gasto. A area necessaria ao bom funcionamento de cada posto pôde ser avaliada em legua e meia ou sejam 75 quadras de sesmaria, e o pessoal devendo constar de 1 oficial como posteiro, 1 sargento auxiliar, 5 cabos como sub-posteiros e 14 homens como peões. Cada posto se incumbiria de seus plantios, coberturas, doma, etc. Só assim se poderá acabar com o sistema de criação de animaes inteiramente chucros.

Propondo desde já a organização de 3 postos, calculo que a despesa com as instalações necessárias não ascenderá a 150 contos de réis, comprehendendo as construções de 1 casa para Official, 1 para o sargento, casas para o pessoal solteiro e casado, casas dos postos dasvernadas, cocheiras dos garanhões puros e galpão para os pastores de campo no inverno.

As despezas com a divisão apropriada dos campos, aquisição do material agrícola, instalações telephonicas, etc., deverão ser feitas pelo Thesouro e custeadas com a renda da Fazenda as necessidades successivamente aparecidas, sendo indispensável que o Governo dote a Fazenda com aquella quantia para realização deste plano.

A séde actual da Fazenda, onde deverá continuar installada a Administração Central, ficaria sem o encargo directo da criação dos puros e como centro coordenador da accão dos diferentes postos e ainda podendo preencher as obrigações inherentes á melhoria da raça cavallar neste Estado. Deste modo e somente assim, poderá aparecer algum resultado útil e apreciavel, dando fructos em vez de falhas, porque só dessa maneira será possível uma criação criteriosa, fiscalizada de facto e será somente assim permitida uma selecção e um apuro constante na criação. Além d'isso resalta logo a vantagem de se poderem aproveitar sem inconvenientes as manchas destes campos mais apropriadas a um tal mistér, o que actualmente é impossível fazer sem graves prejuizos, talvez. A não ser dessa maneira será baldado qualquer esforço e sem resultados dignos qualquer tentativa, salvo uma melhor organização. Mas nas condições actuaes os resultados serão sempre illusorios; o Saycan nunca se livrará da pecha de nada produzir e seus Directores estarão sempre atados ao pelourinho da difamação.

O ideal — resalvada a primeira idéa — será a organização desde já desses 3 postos, creando-se outros successivamente até o aproveitamento total das 11 leguas de campo que comprehende esta Fazenda Nacional, sem incluir o Rincão de São Gabriel que poderá receber então uma organização análoga. Nesse caso, porém, será preciso prover com recursos especiais ás necessidades da Fazenda porque,

quanto a fornecer padreamento a animaes particulares, no interesse da criação, conviria que se fixassem normas taes que permittissem á Fazenda entrar em negociações com os Municipios criadores, de modo a que na época propria podessem os garanhões ser para lá transportados em boas condições. Para isso seria necessário crear postos de monta convenientemente apparelhados, não só em instalações para abrigo e trato dos garanhões, como em elementos proprios a um bom serviço de coberturas.

Em certos Municipios poderia haver mesmo mais de um posto, por onde annualmente, nas épocas proprias, passariam as turmas de garanhões, revezadas convenientemente. As vantagens deste sistema são inumeras, além de não acarretar os inconvenientes do processo seguido actualmente.

Entre elles: poder-se-ia obter um numero muito superior de egas cobertas e, ainda mais, egas melhores, porque o particular não temeria os riscos de uma longa viagem. As egas produziriam mais porque, padreadas sem os inconvenientes do actual sistema, não sofreriam as dificuldades e constrangimentos que muitas vezes impedem a concepção.

Actualmente vêm-se por vezes apertadas pelo numero, num potreiro, egas de todos os campos, egas mesmo de trato e de diversas condições. Além d'isso recebidas á cobertura muitas vezes cansadas e agitadas, pelo que fatalmente ocorre desde o potreiro até o galpão de monta, não se acham em boas condições de conceber, falhando portanto, em grande numero de casos. Com o sistema proposto desapareceriam estes inconvenientes, porque as instalações apropriadas e o serviço feito talvez na propria querencia da egua, não prejudicariam as boas condições do padreamento. De resto, não havendo a concurrencia das proprias coberturas para o Governo, o serviço ver-se-ia desde logo mais simples e rendoso nesse ponto de vista.

Outro ponto que é preciso definir claramente numa regulamentação para o Estabelecimento, como proponho, é a serie de condições a que deve satisfazer um animal para gosar os foros de reprodutor.

Não só os garanhões do Governo, mas tambem as egas particulares inscriptas

a recebel-los, devem satisfazer as exigencias que, partindo da raça, se estendam até o pello, a idade, a altura, as condições de seu estado physico e, sobretudo, as bôas proporções das partes de seu corpo (**).

Para os garanhões, além de bôa raça é preciso que, sem quaesquer defeitos, sejam ainda bellos, para as egusas basta que se excluam as raças diferentes da nossa creoula e da dos garanhões, e que não apresentem defeitos de conformação e que tenham altura sufficiente e pello conveniente, além da idade propria. E' necessario fixar a doutrina regulamentar nesse sentido, para evitar a confusão seguida pelas praxes actuaes.

Na escolha das raças dos garanhões hesitou-se muito tempo, enlevedo pelo que nos contam as informações historicas sobre o cavallo Arabe, tomado como typo ideal. Eu mesmo muito tempo me fiz partidario de semelhantes opiniões que hoje reputo pouco praticas. Não que haja repudiado as minhas antigas convicções sobre as excellentes qualidades dessa raça primorosa e fonte sem duvida de todas as bôas qualidades equinas, tipos por excellencia de nobreza, docilidade, resistencia, velocidade e belleza, mas porque, somente assim, ambicionando-a para regenerar a nossa raça creoula, descri de obtel-a, em nosso paiz, em condições satisfactorias.

Os tipos que tenho visto como garanhões não são sem duvida os *etalon* «amamentados com o leite de camela e de ovelha nem criados a aveia, sem se nutrarem em absoluto de verde», e não vendo mesmo a possibilidade de adquiril-los, o espirito pratico conduziu-me a appellar para o garanhão Inglez que, como nenhum outro mais, d'elle se approxima por suas bellas qualidades. Não concordo, porém, que se prognostique o puro sangue de corrida como o reproductor desejavél, sem se exigir d'elle mais que uma ascendencia notabilitada nas pistas officiaes ou officiosas. E' meu parecer que uma ascendencia illustre é uma bella recommendação e condição mesmo desejavél, mas tambem

(**). *N. da R.* — Pensamos que essa lei de selecção de cavallos e egusas reproductores deve se estender a todo o paiz. Nenhum particular deve ter o direito de admitir a crusa entre animaes que não preenchem as condições para uma bôa descendencia.

creio que ao par, o typo physico deve apresentar proporções bem accentuadas e apropriadas ao fim tido em vista. Cavallos ha notaveis na velocidade que se tornam improprios para sella, por terem seus membros muito altos e portanto fracos, sua garupa mais alta que as cruzes e portanto incommoda, lombo muito comprido e portanto rins fracos.

(Continua)

O R. T. A. por perguntas e respostas

Para os sargentos de artilharia

P. Quantas especies de tiro se empregam na artilharia?

R. Duas: tiro de tempo e tiro de percussão.

P. Qual a diferença entre elles?

R. No tiro de tempo o projectil arrebenta no ar, depois de percorrer uma determinada distancia; no de percussão arrebenta pelo *choque*, ao encontrar um obstaculo.

P. Quando se emprega o tiro de tempo? quando o de percussão?

R. O tiro de tempo se emprega, de um modo geral, contra *alvos vivos desabrigados*; o de percussão contra obstaculos, taes como: entrincheiramentos, tropas abrigadas, baterias de escudos em accão, tropas em mattas de grandes arvores, etc.

P. E quando o abrigo dispõe de cobertura horizontal?

R. Neste caso emprega-se o tiro curvo de obuz e granada com retardo.

P. Em quantas partes se divide cada uma destas especies de tiro?

R. Em duas *regulação e efficacia*.

P. Para que serve a regulação?

R. Para ajustar o tiro, isto é, determinar a distancia, direcção e altura de arrebatamento.

P. E' igual a regulação no tiro de tempo e no de percussão?

R. Não; no tiro de tempo como se tem mais um elemento a observar — a altura de errebentamento — a regulação se faz com uma secção, no tiro de percussão se faz com uma só peça.

P. E' sómente esta a diferença?

R. Não; no tiro de tempo determina-se em garfo de 100 metros contra objectivos fixos, 100 m. a 400 m. contra objectivos em movimento; no tiro de percussão o garfo é de 50 m.

P. Que é garfo?

R. Chama-se garfo a duas alças consecutivas, uma curta outra longa, entre as quais o objectivo está compreendido.

P. Quando é que se não faz a regulação?

R. Contra objectivos instantâneos, ou contra objectivos a 600 m. ou menos.

P. E como se faz a regulação no tiro curvo do obuz?

R. Determina-se um garfo de 200 m. com tiro tenso (carga 5), e forma-se dentro deste um outro de 50 m. com tiro curvo.

P. E como sabe qual a carga a empregar para cada caso?

R. A tabella do tiro traz dentro de um rectângulo os angulos de queda mais convenientes para cada distancia e no alto indica a carga correspondente.

P. Qual a correção que se faz na primeira alça de regulação?

R. De 400 m. ou 200 m., de um modo geral, no entanto a observação pode indicar uma correção maior ou menor do que aquellas.

P. Qual é o corrector de regulação?

R. É o que dê arrebentamentos *b*, ou, metade percutente e outra metade *b* ou *n*.

P. O que quer dizer arrebentamentos *b*, *n*, *a*?

R. No canhão arrebentamentos *b* são os que são vistos a uma altura de 1 a 2 millesimos, *n* de 2 a 4 e *a* maiores de 4, no obuz *b* de 1 a 3, *n* de 4 a 6 e altos maiores de 6.

P. Porque são necessários arrebentamentos *b* na regulação?

R. Para se poder referir ao objectivo a nuvem de arrebentamento; isto é, para que esta nuvem cubra ou seja coberta pelo objectivo, sabendo-se assim se o tiro foi curto ou longo.

P. Que é alça base?

R. É a menor alça com que se pode atirar ao entrar na efficacia.

P. No tiro de tempo qual é a alça base?

R. 50 m. aquém do limite curto do garfo.

P. E no tiro de percussão?

R. É geralmente o meio do garfo. Pode ser um dos limites, se a observação assim indicar.

P. Quais as correções que se fazem nas alças?

R. No tiro de tempo de 50 m., de 25 m. no de percussão, até achar a alça favorável.

P. Que é alça favorável?

R. É a mais efficaz das alças de efficacia.

P. Qual é a alça favorável no tiro de tempo do sh.?

R. É a que dê tudo curto ou no maximo um quarto de tiros longos.

P. Quando é favorável uma alça que tenha dado os quatro tiros de um grupo curto?

R. Desde que aumentada de 50 m. dê mais de um quarto de tiros longos.

P. E qual é a alça favorável no tiro de granada tempo?

R. É a que dá curtos e longos.

P. E no tiro de percussão, qual a alça favorável?

R. A que dê cerca de metade curtos e a outra longos.

P. Porque esta diferença entre os tiros de tempo e de percussão?

R. Esta diferença é devida ao modo de funcionamento do projectil nos dois casos; no tiro de tempo, ao arrebentar o sh. os balins vão somente para a frente de sorte que os tiros longos são desaproveitados; na grt. às grandes distâncias os estilhaços vão também para traz; no tiro de percussão os estilhaços de qualquer dos projectis vão para frente e para traz.

P. Qual é o corrector de efficacia?

R. É o que dê arrebentamentos normaes.

P. Porque são necessários arrebentamentos normaes na efficacia?

R. Porque com arrebentamentos *b* os balins batem com grande velocidade uma zona pequena; com arrebentamentos *a* os balins batem uma zona extensa, porém com pequena velocidade, e com arrebentamentos *n* satisfazem simultaneamente as duas condições — velocidade e zona regulares.

P. Que especies de fogo se pode empregar?

R. Por grupos, por peça, salva e fogo rapido.

P. Quando se emprega fogo por grupo?

R. Quando se desejar rapido efeito.

em certos momentos favoraveis. O numero de grupos só deve ser aumentado, em principio, depois de achada a alça favoravel.

P. E fogo por salva?

R. Quando o inimigo se acha ainda a grande distancia, ou quando não convenha gastar muita munição.

P. E por peça?

R. Quando se quer observar a reparação do fogo sobre o objectivo.

P. E quando o inimigo se achar a 200 m. ou menos das baterias?

R. Commanda-se alça zero, fogo rapido, carregando-se o canhão com os projectis com a graduação em que estiverem.

P. E como se procede quando a frente a bater é maior do que a da bateria, de modo que dividindo-a pelas 4 peças fiquem espaços não contemplados?

R. Commanda-se ceifante (simples ou duplo, conforme a distancia seja maior ou menor do que 1500 m.) tantos grupos.

P. E quando se faz este comando?

R. Depois de achada a alça favoravel.

P. No tiro curvo do obuz, quando se commanda retardo?

R. Tambem depois de achada a alça favoravel.

Etc.

Cap. Acacio F. Corrêa.

A PONTARIA INDIRECTA DO NOSSO 75

(2^a edição)

PELOS

Capitães Klinger e Mascarenhas de Moraes

4. PONTO DE PONTARIA COLLECTIVA. As tres parallaxes. A deriva-base; a segunda parallaxe; seu signal; a antiga regra dos signaes e a regra simplificada; processos que evitam a segunda parallaxe. O escalonamento das derivas ou terceira parallaxe; regra antiga e regra geral. Situação especial do p. p. Abrir e cerrar o feixe.

As tres parallaxes

No emprego de um ponto de pontaria comun a toda a bateria — o processo de pontaria rapido por excellencia quando o p. p. escolhido não exige o emprego da baste de alongamento — ha duas questões a resolver: a da deriva-base, e a do escalonamento das derivas, isto é, modificação progressiva a fazer na deriva-base para obter a de cada uma das outras peças.

Para se determinar a deriva-base por meio da luneta de bateria ha duas parallaxes a eliminar: a do objectivo e a do ponto de ponta-

ria, ambas em relação á distancia luneta — peça-base.

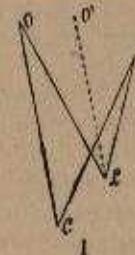
O escalonamento das derivas implica o calculo de uma terceira parallaxe: a do p. p. em relação á frente de secção.

A deriva-base

Tomemos a classica figura constituída pelas linhas que unem a luneta de bateria L e a peça-base C , ambas ao ponto de pontaria P e ao objectivo O ; ella nos dá

$$C + O = L + P$$

$$C = L + P - O \quad (1)$$



Esta correção $P - O$ a fazer na deriva L medida pela luneta para se obter a deriva C a dar á peça-base é o que se chamou de correção de convergência. Esta correção varia de acordo com a situação da luneta dentro ou fóra do angulo C ou de seu supplemento adjacente ao plano de tiro, e com a situação do ponto de pontaria á direita ou esquerda desse plano.

O nosso R. E. A. adoptou a simplificação a que chegou pelo artificio de aplicar tambem aqui o principio da deriva inicial com que se collima a luneta, deriva correspondente á eliminação da parallaxe O . (17) Ora, assim collimada a luneta poderemos ler sobre o ponto P a deriva $O'LP = n$, isto é, como a figura mostra.

$$n = L - O$$

e teremos então

$$C = n + P \quad (2) \quad (18)$$

A segunda parallaxe

Da applicação desse artificio da deriva inicial resulta imediatamente a vantagem de se proceder por partes na eliminação das parallaxes, confiando desde logo uma delas ao instrumento, restando apenas cuidar da segunda. E fica feita

(17) Importa accentuar que este é que é o processo regulamentar... e pratico. E não, porventura, medir o angulo L e fazer a dupla correção.

(18) Se traçarmos por L uma linha LP' , paralela a CP obteremos um angulo $O'LP' = C$ e visivelmente $= n + P$.

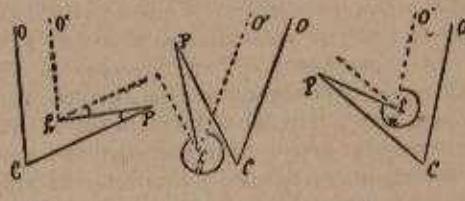
4 approximação dos dois modos de pontaria, tanto mais que a segunda parallaxe se calculará identicamente como a primeira: divisão de duas distâncias que tem a origem commun na peça-base — numerador, a perpendicular baixada á linha luneta — p. p., denominador distância da peça ao p. p.

Signal de p.

Vejamos agora a influencia da situação da luneta e do p. p. sobre o signal da segunda parallaxe. Todos os casos se resolvem facilmente; basta prestar attenção ao sentido constante da graduação da deriva.

Para simplificar as figuras tomemo-las sempre taes como traduzem a eliminação já feita da parallaxe do objectivo; como linha auxiliar na dedução da deriva-base tracemos sempre pela luneta uma paralela á linha de visada da peça-base.

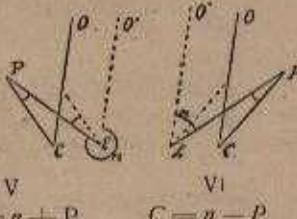
A fig. precedente corresponde ao caso: p. p. à direita de CO , luneta fóra de C . Outras situações:



P à direita, L dentro	P e L à esquerda
$C = n - P$	L fora de C
	L dentro de C
	$C = n - P$
	$C = n + P$

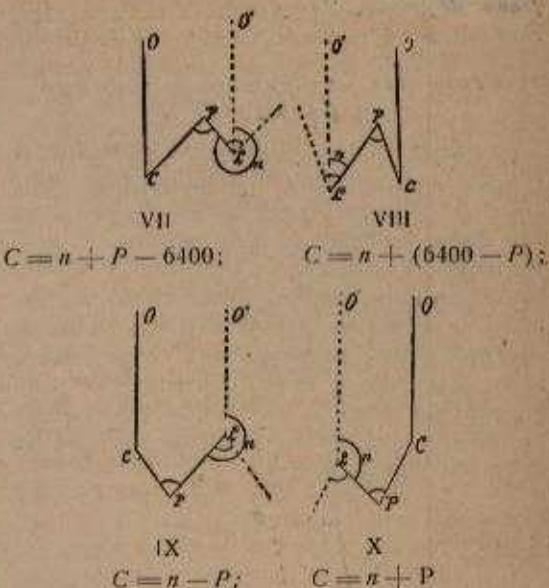
Nesses quatro casos precedentes figuramos o ponto de pontaria sempre na frente; é facil reconhecer que em qualquer delles o signal de P não se altera si elle estiver á retaguarda, contanto que a luneta guarde a mesma situação, dentro ou fóra do angulo c ou seu supplemento adjacente ao plano de tiro.

Vejamos agora, luneta e ponto de pontaria em lados diferentes: figs. V e VI.



$$l = n + 1 \quad \quad l = n - 1$$

Vejam os ainda os casos singulares em que o ponto de pontaria fica entre o plano de tiro e o da collimação, na frente ou atras da bateria: VII e VIII, IX e X.



Passando agora em revista as formulas dos dez casos que figuramos e em que estão expressas todas as situações possíveis, chega-se à formula geral da deriva-base: $C = n + P$.

Os casos VII e VIII, que parecem mais complicados entram comitudo nessa formula, pois na pratica quando se tiver $n - P > 6400$ necessariamente subtrahir-se-á 6400 (VII) e quando se tiver $P > n$ (VIII) naturalmente juntar-se-á aquelle 6400; de sorte que não é preciso pensar nessa particularidade das duas formulas.

A antiga regra dos signaes

Quanto ao signal de *P* vamos apenas a título de homenagem ao passado reproduzir a regra consignada no anexo do R. T. A. 1914, que é deduzida do estudo de todas as formulas e figuras precedentes.

O signal de P determina-se pela regra algébrica da multiplicação dos signaes, sendo:

Ponto de pontaria à direita do plano de tiro-base: +

à esquerda:—

Luneta de bateria dentro do angulo derivado ou de seu suplemento adjacente ao plano de tiro-base:—

Luneta fóra: — n.

A nova regra pratica

Como disse na preliminar, esta regra ficou relegada para os museus em vista duma simplificação importante a que cheguei, de muito mais fácil e rápida applicação porque permite a saída do sinal por uma consideração única

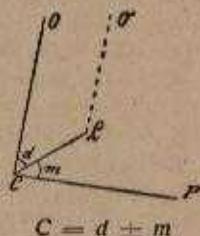
decidir do signal por uma consideração unica.
«O operador na luneta olha o ponto de pon-

plano de visada da peça-base o signal de p será +, se à esquerda —». (19)

Processos que evitam a segunda parallaxe

O Compl. R. T. A. 1916, entre as modificações que traz ao R. T. A. consigna os seguintes dois processos (mod. n.º 8) de determinação da deriva-base, os quais evitam o cálculo da 2.ª parallaxe. (20)

I. O primeiro importa numa divisão de trabalho: a luneta de bateria determina a deriva reciproca para a peça-base, seja D ; a peça-base mede o ângulo m entre a luneta e o ponto de pontaria. Então a deriva-base, com que C visa P para se tornar paralelo ao plano de collimação da luneta será



$$C = d \pm m$$

Na figura acima é $C = d + m$; em qualquer caso o signal é determinado por uma consideração só: o operador no canhão volta-se, para a luneta de bateria e assim vê se o p. p. está à direita ou à esquerda da linha canhão-luneta; no primeiro caso o signal de m é +, no segundo é —

«Substitue-se assim o cálculo da parallaxe do ponto de pontaria que, ou exige duas demoras medições ou se basa na estimação de duas distâncias a qual para grandes distâncias dá lugar a grandes erros, (*) substitue-se esse cálculo, disse, por uma rigorosa medição feita pela luneta da peça-base...»

O rigor do processo emancipa o edte. da bateria de qualquer restrição na escolha do p. p., podendo este pois ser escolhido unicamente pela sua boa visibilidade para os apontadores e pelas condições de dispensar o emprego da haste de alongamento e de ser inconfundível.

II. O edte. da bateria determina a deriva reciproca D como no caso precedente; com ella aponta-se a peça-base à luneta de bateria e em seguida refere-se a sua direcção ao p. p.

Essa deriva de referência será a deriva-base para toda a bateria.

(19) Vd. ainda outra regra no R. E. A. 152. É apenas uma curiosidade teórica, em face da prática regulamentar da «deriva inicial».

(20) Processos b) e c) do art. 152 do R. E. A.

Não há necessidade de demonstração; a mesma figura do caso precedente evidencia o fundamento teórico deste processo mixto, um pouco mais demorado que o precedente, porém mais simples e com todas as suas vantagens.

III. No Regulamento de Manobras da artilharia francesa encontra-se para o emprego do ponto de pontaria um processo ultra expedido, que elimina as duas parallaxes, sem cálculo — a olho.

Sejam C a peça-base, P o ponto de pontaria, L a luneta, O o objectivo.



Com a luneta a zero o operador a orienta de modo que lhe pareça que o plano de collimação fique paralelo ao plano de tiro; em seguida volta o reflector em uma direcção que lhe pareça paralela ao plano de visada da peça-base: a deriva então lida será a deriva-base.

A fundamentação do processo é evidente. O rigor depende do coeficiente individual do operador; a rapidez é inexcedível. É quasi um cálculo da deriva pelo sentimento o qual alias com algum exercício é exequível com a approximação de uma centena de millesimos; basta ter em mente os quatro quadrantes das derivas para aplicar o processo sem instrumento. Fixado o quadrante em que se acha o p. p. procede-se por subdivisão sucessiva, ou por meio da mão estalonada e assim se estima a deriva.

escalonamento das derivas

Este é o elemento que determina a repartição do fogo, isto é, a abertura do feixe dos pla-

(*) O erro é devido a tomar-se o seno pelo ângulo. Assim, quando se achar para a relação entre a perpendicular e o raio o valor

1 isto é seno	$= \frac{1000}{1000}$	o ângulo valerá $1600^{\circ}/_{\infty}$ (90°)
$\frac{1}{2}$	$= \frac{500}{1000}$	$\rightarrow \quad \quad \quad 533^{\circ}/_{\infty}$ (30°)
$\frac{7}{10}$	$= \frac{700}{1000}$	$\rightarrow \quad \quad \quad 800^{\circ}/_{\infty}$ (45°)
$\frac{85}{100}$	$= \frac{850}{1000}$	$\rightarrow \quad \quad \quad 1066^{\circ}/_{\infty}$ (60°)

A luneta de bateria permite achar com muita approximação o valor da parallaxe: é entrar com o seno na escala do prato e ler abaixo a parallaxe.

os de tiro da bateria. Sem esse escalonamento, isto é, se todas as peças visassem ao p. p. com mesma deriva, a da peça-base, os planos e tiro seriam convergentes para a frente ou para a retaguarda (neste caso, portanto, divergentes) conforme o p. p. fosse situado à frente ou à retaguarda. Isto é, no caso do p. p. na frente teríamos o feixe convergente, no caso o p. p. à retaguarda, o feixe divergente, no caso do p. p. na linha de fogo (nem à frente nem à retaguarda) o feixe paralelo.

(Continua)

Serviço Geographico Militar

Convenções cartographicas — Folha topographica da "Villa Militar"

O Sr. Ministro da Guerra acaba de aprovar o plano geral elaborado pelo tenente-coronel Alfredo Vidal, encarregado do Serviço Geográfico, concernente à organização do «Manual completo das convenções para uso da cartografia nacional, especialmente militar».

De acordo com esse plano, as convenções cartographicas obedecerão d'ora avante a uma organização systematica e definitiva, tendo em vista a technica do desenho respectivo e especialmente a simplicidade no traçado; a quantidade minima de symbolos e compatibilidade com todos os processos de reprodução photographica; a cathegoria das cartas, suas escalas e objectivos; as condições impostas pela technica militar, principalmente legibilidade a olhos desarmados, clarezza, nitidez nas legendas, abreviaturas e coloções convenientes. E, sob outro aspecto: a technica de impressão, visando as tiragens nitidas e economicas, bem como a facilidade nas correções de «manutenencia» e de «Revisão» a executar nas matrizes e nos originaes.

Além do plano referido, foram tambem aprovadas tres das contribuições inherentes ao Manual, a saber:

a) Convenções cartographicas a uma só cõr, correspondentes à escala de 1:25.000 e applicáveis às escalas maiores até 10.000 (cartas technicas);

b) Convenções monochromicas para cartas topographicas, correspondentes à escala de 1:100.000 e applicáveis às escalas maiores até 1:50.000 (cartas militares);

c) Disposições geraes, visando não só a significação precisa e justa interpretação de cada accidente ou objecto topographico como tambem o estabelecimento de regras a observar na applicação dos elementos graphicos das convenções e symbolos, de acordo com as circumstancias.

Como se tem a satisfação de ver, o Serviço Geographico Militar, cuja phase preliminar de organização está prolongada, em face da escassez dos elementos pessoais e materiais de que dispõe, vai, não obstante, apresentando resultados altamente compensadores e affirmando ao mesmo tempo uma orientação segura e bem dirigida em sua organização systematica.

Duas questões essenciais, é certo, dificultam o desenvolvimento desses elementos de trabalho — um, o recrutamento de técnicos especialistas que o meio militar espontaneamente quasi não oferece; outro, a aquisição do material necessário não só ao serviço de campo como aos de gabinete, por isso que, desde o seu inicio, só dispõe de um phototheodolito para aquelle e, para este, apenas de um estereogramógrafo.

Não tem poupad o Governo, diga-se com justiça, os meios orçamentarios que se tem feito mister de anno para anno. Infelizmente, o desmantelio que a conflagração mundial trouxe aos países mais aptos a nos fornecerem os elementos de que carecemos a respeito, não tem acarretado senão serios embaraços que vão alias sendo removidos com a notoria perseverança do Sr. coronel A. Vidal.

Das convenções a uma só cõr na escala de 1:25.000 e applicáveis às escalas maiores até 1:10.000, fazemos com este numero uma distribuição aos nossos camaradas.

A folha em questão comprehende um numero reduzido de symbolos para os casos normaes, considerando-se que para os casos que não o forem, ou para fins particulares, poderão ser utilizados symbolos especiaes representados nas margens das folhas e convenientemente esclarificados por legendas. Assim: «um objecto topographico não contemplado na folha de convenções será representado pelo symbolo de outro de cathegoria semelhante, ou pelo desenho de sua planta, e, em qualquer destes casos, a representação graphica deve ser acompanhada de abreviaturas ou legendas de significação precisas».

As contribuições já apresentadas seguir-se-ão, de acordo com o delineamento oficialmente aprovado, nada menos de cinco outras, relativas não só às cartas coloridas para minutias topographicas (escala de 1:25.000), como tambem às cartas geographicas, monochromicas ou polychromicas (1:250.000 a 1:500.000) ou topographicas especiaes (1:100.000).

Ainda pelo Serviço Geographico foi dada publicidade tambem agora à folha do levantamento topographico da Villa Militar, folha essa que faz parte da carta abrangendo a zona de

112 km², compreendida entre os trigonometricos de Gericinó, Sapé (Madureira), Coqueiros (Santíssimo), e Pavuna e da qual já fôra organizado anteriormente um primeiro croquis provisório.

A organização dessa edição da folha da *Villa Militar*, abstrahindo da triangulação regular que a devia preceder, resultou dos seguintes trabalhos técnicos especiais:

1º) Levantamento estereophotogrammetrico, em que se procuraram apenas os elementos topográficos gerais, orographicos e planimetricos;

2º) operações de photogrammetria aeronautica com o fim de enriquecerem o esqueleto estereophotogrammetrico com detalhes topographicos essenciais;

3º) operações de *reambulação photogrammetrica*, visando exclusivamente os assumptos mais importantes.

Presentemente, as cartas que estão sendo organizadas pelo Serviço Geográfico, segundo o programma methodico a que obedecem os seus trabalhos, visam antes de tudo o preparo técnico especial dos officiaes ultimamente admittidos no quadro do serviço e cujo treinamento constitue, no momento a preocupação predominante do Capitão Alfredo A. de Alencastro, actualmente à testa dos tres Grupos técnicos de serviços.

E' incontestável, porém, que as folhas publicadas em 1.ª edição já atestam um apreciável grau de adiantamento em face dos resultados tecnicamente superiores a quaesquer trabalhos levados a efecto em nosso paiz com os processos topographicos antigos, posto que rigorosos.

Restriço no começo, por falta de recursos, aos levantamentos do phototheodolito, no terreno, e o dos negativos photographicos, no estereoauteographo, o Serviço já conseguiu incorporar, como fôra planejado, um terceiro factor — a photogrammetria aeronautica, de alta valia nas operações militares, como ninguem desconhece hoje, e cujas vantagens nos levantamentos regulares não se podem pôr em duvida, uma vez que se o complete com a *reambulação photogrammetrica*.

E de facto, essa identificação no terreno, seja para assignalar e definir os accidentes topographicos, sob o ponto de vista militar, seja para colher dados e amarrar os accidentes do terreno a pontos geodescos de antemão determinados, não só permite enriquecer com extraordinaria presteza as cartas assim obtidas como melhorar consideravelmente dentro das tolerancias específicas, os elementos obtidos photographicamente e que devem ser empregados nos esqueletos de estereophotogrammetria.

Aliás, tem sido essa a orientação basica do S. G. M. e que tornou uma feição especial entre

nós depois de estudos realizados pelos capitães Alípio de Primio e A. Alencastro conforme já relatamos no n.º 69 desta Revista.

A propósito deste assumpto são dignos de referência os resultados obtidos, com apparelho imperfeito embora, pelos aviadores brasileiros tenentes Anor, Salustiano, Pedro Rocha Mendes de Moraes, os quaes, nos levantamentos pela photogrammetria aeronautica têm conseguido não só uma grande estabilidade de vôo em direcção e altura (esta, dentro de uma tolerância de 10 metros), como tambem excellentes provas photographicas que bastante facilitam as operações photogrammetricas e as de reambulação.

Nossas felicitações ao S. G. M. por essas provas positivas de sua vitalidade e efficiencia.

Bibliographia

Cruzada — Orgão off. da S. Bibl. Académica da Escola Militar, n.º 56, Março, Abril Maio de 1920.

Do sumário — Diário de Campanha, do ten. Andrade Neves; Educação Nacional; Seleção dos cadetes; Bichos e veteranos.

Haja — Periodico de ação social, 6, 13, 21 e 27 de Maio.

Medicina militar, revista mensal de medicina e cirurgia, Avenida Atlântica 248, Rio, Abril e Maio.

Boletim da Sociedade Medico-Cirúrgica Militar, Abril.

Boletim do Clube Naval, Março.

Do sumário — A radiogoniometria e suas aplicações.

Revista dos Militares, Porto Alegre, Março.

Do sumário — Manual de manobras, trad. cap. R. Jost.

Memorial del Ejercito de Chile, Março.

Do sumário — Preparação de officiaes para comissões de armamento. O oficial subalterno de infantaria. Educação cívica.

ORDEM DE DIVISÃO

(Continuação de um artigo do coronel Pertini publicado na Revista Militar, de Buenos Aires, n.º de Fevereiro 1920. Um caso concreto)

1º Tropas de ataque dos regimentos 352, 353 e do batalhão de assalto executarão o dia 18 de Maio, às 7 da manhã, hora que será oportunamente fixada pela Divisão, uma empreza de patrulha, apelidada «festa da Páscoa», dirigida contra o ponto de apoio Kalber e contra os nucleos de resistência situados à direita e à esquerda do mesmo.

2º Objecto: tomada de prisioneiros e de material, destruição de obras inimigas.

Ponto final da empreza: ponto de apoio (até k inclusive) e os ninhos de lança-situados na parte oriental da gruta de

Forças:

Infantaria, 4 tropas de ataque, ao comando de um oficial do batalhão de assalto, 1 oficial e 16 praças do 352.º R. I., 4 do 88.º B. Eng., e uma secção de lançamias do batalhão de assalto;

1 commandante, 20 praças, 1 secção de chamas do batalhão de assalto; como II;

1 oficial e 16 praças do 353.º R. I., o como I.

1.º 1 commandante, 2 secções de enjau-to, 7 praças, 1 metralhadora leve do 352.º para a tropa I.

Idem do 353.º R. I., para a tropa IV.

pa de protecção: Para cada tropa de ataque secção de protecção, composta de 1 esquadra

1 metralhadora leve dos R. I. 352 e 353.

Artillaria: A da divisão, e partes da arti-lharia do sector Aisne, sem mudar de posição, de abrigos, unicamente para cooperar.

Lançamias: 6 pesados, 2 Jko, 13 médios leves, tudo subordinado ao cdte. da art.

advs e 6 médios são do sector Aisne.

Metralhadoras pesadas.

Ponto de partida das tropas de ataque: Pl. Qu. 2.264 t 4 t 1, sapa Pl. Qu. 2.264 sapa Mackensen, sapa Hindenburg (ver carta).

Acção da artilharia: em suas posições actuaes. acção e regulação dos lançamias leves, os e pesados, metralhadoras pesadas, ver junto.

Commandos: da infantaria, o do sector J; artillaria o cdte. de art. 59; das tropas de artilharia, tenente Brennicke.

Preparativos: a infantaria da divisão e do sector de assalto continuarão até a manhã de 5 de Maio os reconhecimentos dos caminhos, e seguir à linha 25, f, f 2, g 3 e g 1, meio de excursões nocturnas de reconhe-cimento.

Operação deve ser praticada em fórmula de exercicio 1.º obra de ensaio situada 1 km. ao S. de Avigny. Assistirei ao exercicio final a 17 Maio. A hora exacta do mesmo será comunicaada de vespresa pela divisão.

Os exercícios preparatórios deverão designados os graduados e praças simples devem substituir imediatamente os comandantes das tropas de ataque, em caso de morte entre estes, e para este fim devem ser convenientemente preparados.

Tiros da artilharia e dos lançamias contornos de apoio da artilharia, contra o Kalber, e bombas de gaza contra a gruta da gruta e o ponto de apoio Teller devem ser feitos methodicamente e sem atrair a atenção, até à noite de 15 de Maio, e devem ficar guardados até essa data.

O tiro deve dissimular as proprias intenções e deve ser mais intenso no ponto de ataque, que no sector da divisão.

O fogo dos lançamias e da artilharia deve ser concentrado contra os pontos de invasão. Estes pontos devem ser absolutamente desbaratados os obstáculos. Para lograr este fim o

director da operação, os comandantes das tropas de ataque e os oficiais de lançamias devem manter estreito acordo entre si, estreita e continua ligação, e utilizar o mais amplamente possível os resultados obtidos em seus reconhecimentos.

Todos os preparativos que se relacionem directamente com o terreno de ataque devem estar terminados no dia 15 às 8.º

A partir desse momento fica suspensa qualquer excursão de patrulhas ao terreno de ataque.

8.º *Desenvolvimento da operação.* — A hora x menos 15 min. as tropas de ataque se encontrarão promptas em seus pontos de partida; x-3 min. inicio do fogo de art., lançamias e metr. pesadas, tanto contra os pontos de invasão como de enjaulamento.

As ultimas minas pesadas e médias do fogo preparatório devem ser lançadas em massa, sob forma de descarga, ás x-15 segundos, relo-gios aferidos dos chefes das tropas de ataque e dos lançamias.

A realização do tiro será comunicada por telephone ao tenente Brennicke por intermedio do cdte. da 88.º companhia de lançamias. A collocação das minas será efectuada por essa companhia.

Immediatamente após a explosão simultanea das descargas finais de minas avançarão ao mesmo tempo as 4 tropas de ataque seguindo os respectivos itinerarios, as extremas pelas quebradas, as do meio pelo Kalber, que devem destruir.

O signal de regresso será dado pelo cdte. das tropas de ataque, por meio de um silvo especial, que deve ser repetido por todos os cdtes. de tropas de ataque e também mediante lançamento de projectis luminosos.

Em seguida se iniciará o regresso de todas as tropas de ataque pelo caminho mais curto, através do Kalber e tomando em conta a situação do fogo de barragem do inimigo, até voltar aos pontos de partida. Alcançados estes pontos o cdte. das tropas de ataque dá o signal de finalização, fazendo lançar tres vezes signaes luminosos, verdes e amarelos.

A artilharia e os lançamias mantêm o fogo de enjaulamento com a velocidade de tiro ordenada, o qual diminui ao cabo de 20 minutos, e suspendem o fogo unicamente ao signal referido de finalização.

A fim de desorientar o inimigo se inicia x-4 min. fogo de art. e de l. m. e metr., combinado com um avanço demonstrativo de patrulhas munidas de granadas de mão sobre Bütte, Mesnil e Kanonenberg.

9.º Quantidade maxima de munição: canhões de campanha — 3450, mais 500 tiros de munição gazogena; obuzes pesados, 860; morteiros, 152; canhões de 10 cm., 96; de 12 cm., 144; l.m., sem limite.

10.º *Tropas de protecção* devem ser compostas de uma esquadra com uma metr. leve para cada tropa de ataque, de tal forma que, ao avançarem as tropas de ataque, as de protecção ocupem imediatamente os pontos de partida. Os sectores J. e K. estarão de promptidão.

11.º *Meios de informação.* — A partir da posição de irrupção das tropas de ataque, por telephone com o cdte. da companhia de l.m., com o cdte. do sector J. e com as posições mais retiradas. Emprego de T. S. F.

Manter o mais estrito segredo sobre a operação. Sempre existe o perigo de que por desludos, especialmente no uso do telephone, o adversário chegue a saber prematuramente de suas empresas. Importa evitá-lo por todos os modos. A indicação da hora x será dada unicamente aos mais imediatamente interessados.

12.º Disposições especiais:

a) O equipamento das tropas de ataque será regulado pelos R. I. Nada de correspondência, metes de corpos, nem outras indicações das quais se possam tirar conclusões sobre as forças. Os chefes das secções de I.-m. e das tropas de ataque devem ser munidos de relógios de segundos;

b) todos os participantes devem ser instruídos com respeito à sua atitude na tomada de prisioneiros;

c) a comparação da hora se fará 8 e 6 horas antes do inicio das operações, pelo comandante da divisão;

d) prisioneiros e material tomados devem ser imediatamente encaminhados, pela via respetiva, à divisão;

e) o reforço do serviço de saúde será regulamentado pelo medico da divisão directamente com os R. I. 352 e 353.º.

(a) von Bezz.

Confere: (a) Meene
Cap. do E. M.

A Artilharia Belga

Ao terminar a guerra, o exercito belga era constituído por 6 Divisões de Exercito (D. E.), composta cada uma de 2 Divisões de Infantaria (D. I.).

Cada D. I. possuía 1 R. A. de D. I., cujo coronel era ao mesmo tempo cdte. da A. de D. I.

O comando da A. da D. E. era exercido por um general de brigada, conselheiro technico do cdte. da D. E. no que diz respeito à artilharia.

Cada D. E. possuía tambem 1 R. A. de D. E. A. A. de D. I. era composta de 12 regimentos numerados de 1 a 12, cada um assim organizado:

3 grupos de 3 baterias de 4 canhões de 5 T. R.

1 grupo de 3 baterias de obuzes leves.

1 bateria de acompanhamento.

A A. de D. E. tinha 6 regimentos, numerados de 13 a 18, assim constituídos:

1 grupo de 3 baterias de 4 canhões de 105 L.

2 grupos de 3 baterias de 4 obuzes pesados tipo 155.

2 grupos supplementares de obuzes 155, estando projectados para cada D. E.

A A. de E. era constituída por 2 regimentos de artilharia pesada.

O 1º comprehendia:

5 grupos de 3 baterias de artilharia 120 e 55 L.

1 grupo de artilharia anti-aerea.

O 2º regimento de artilharia pesada comprehendia:

3 grupos de 3 baterias pesadas de 223, curtos.

1 bateria de um obuz de 305, sobre trincheira.

3 grupos de morteiros de trincheira, medianos e pesados.

No final da guerra o exercito possuía 108 talhões de infantaria e (fazendo abstracção da artilharia da divisão de cavallaria, da art. aerea e de trincheira).

111 baterias de campanha.

54 baterias pesadas nos R. de D. E.

25 baterias pesadas nos R. A. P.

A proporção de artilharia para um batalhão de infantaria era, então, de

1 bateria de campanha.

3/4 de bateria pesada.

Essa proporção será elevada pelo que ora se executa, a

1 1/3 bateria de campanha

1 1/3 bateria pesada

por batalhão.

O projectil de que mais se fez empresta guerra, foi a granada em percussão, a contrario do que se previa durante a paz. I se isso pela dificuldade de uma boa combinação das espoletas de tempo e dali a dificuldade de regular a altura de arrebentamento.

Os canhões de 75 no fim da guerra tinham 3/4 de granadas explosivas e shrapnelis, achando-se até exagerada a porção de 1/4.

Os canhões e obuzes de 120 L. e 155 levavam granadas.

A experiecia da guerra fixou a respeito das indispesáveis em 20% para a artilharia de campanha e 10% para a artilharia.

As escadas observatorios deram resultados completamente desfavoraveis e pelo meio da campanha o exercito belga não mais se preocupa com elles. Logo no começo da guerra, os franceses e ingleses já tinham feito recolher as escadas aos parques por inuteis.

(Notas colhidas em um artigo da Rev. da Artilharia, de Buenos Aires).

"Minhas memorias da Guerra"

De LUDENDORFF

"A Defeza Nacional" está habitada a fornecer o 1º volume da importante obra, em sua tradução brasileira, ao preço de 13.000 Réis para seus assinantes. Pelo correio mais 300 Réis.